



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 088

**DINÂMICA INOVATIVA ENTRE CAMPONESES
DO NORDESTE DO PARÁ**

Vânia Regina Vieira de Carvalho

Belém, Maio de 1998

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-reitor

Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 088

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

DINÂMICA INOVATIVA ENTRE CAMPONESES DO NORDESTE DO PARÁ¹

Vânia Regina Vieira de Carvalho

Resumo:

Este trabalho tenta mostrar que há um esforço considerável dos camponeses para romper com o padrão, pela via de uma reordenação da base produtiva. Ao lado dos roçados anuais, vêm sendo implantadas culturas permanentes que enriquecem a região com uma variedade de frutíferas e *commodities* que passam a abastecer mercados como Belém e estados do Nordeste. Nesse contexto, pois, o que se vê são dinâmicas adaptativas às novas demandas da terra, da família, do mercado.

Palavras-chave: Dinâmica inovativa. Camponeses.

¹ Versão revisada de um capítulo da tese de mestrado apresentada no Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, em 1996.

1. Introdução

A partir da década de oitenta vem ocorrendo mudanças qualitativas na agricultura da região Norte e do Estado do Pará. Em algumas áreas, principalmente no nordeste do Pará, o IBGE informa a expansão do cultivo de *culturas permanentes* em detrimento do cultivo de *culturas temporárias*² e as pesquisas de campo demonstram a importância dos camponeses nesse processo de mudança³.

No âmbito do universo camponês, enquanto alguns vêm falindo, vendendo a terra, migrando e virando "outra coisa" nas periferias de núcleos urbanos da Amazônia, outros permanecem, lutando no seio da família, com os parentes e amigos, e/ou nas organizações de classe, para suprir as deficiências, as mais diversas, em processos de mudança. Esta, cada vez mais deixa de ser *espacial* (movimento tradicional de *fronteira*) para ser mudança qualitativa na forma de produzir. Observa-se, de maneira geral, que o saldo desses movimentos tem sido positivo em favor da preservação da classe. Entretanto, muitos trabalhos realizados na região Amazônica, previam, no final da década de 70, uma crise profunda, irreversível e final - com o fechamento da fronteira - entre as formas de produzir camponesas, pelos próprios limites inerentes ao tipo de agricultura em que se fundavam - agricultura itinerante, de queima e coivara com pousio longo. Para Capitão Poço, previa-se que o campesinato, mantendo exclusivamente o sistema de *shifting cultivation*, acabaria reproduzindo lá o desgaste da terra que levaria à continuidade da migração que produziu, em momentos anteriores, o próprio município. Tal crise, contudo, parece não ter acontecido em grandes proporções ou como movimento único.

Ocorreram processos de inovação tecnológica, na maioria das vezes de forma autônoma, sem apoio externo. Esses processos negam abordagens que privilegiam – por vezes reduzindo tudo a – os limitantes à permanência do campesinato. Muitos autores, mesmo observando processos de inovação, associados à formação de capital a longo prazo, retornam em suas conclusões à condição de pobreza e incapacidade do camponês de mudar ou transcender ao simples sistema de roçado itinerante de subsistência, reiterando a tendência a seu desaparecimento. A idéia de pobre está aliada com a de incapaz. Pobreza e incapacidade acabam tornando-se duas situações que determinam-se mutuamente. É pobre porque é incapaz como empreendedor e, porque é incapaz, é pobre. E assim vai o camponês no caminho da ruína e desaparecimento enquanto forma de produção.

² As culturas temporárias são as de ciclo anual, como por exemplo, o feijão, a mandioca, o arroz e o milho. Estas caracterizam na região a chamada agricultura *itinerante*, de *queima* e *coivara*, a *shifting cultivation*. As culturas permanentes, chamadas também de perenes, de ciclo longo, são frutíferas, como a laranja, o maracujá, coco e cupuaçu e *commodities* tipo pimenta-do-reino, cacau e café.

³ Ver Costa (1992, 1993, 1995 e 1996). Para o estado do Pará, a pesquisa propõe que se associe para as formas de produção camponesa, os estabelecimentos com até 200 hectares, administrados pelos donos e com base *principalmente* no trabalho familiar. Ver também Toniolo(1996).

Este trabalho tenta mostrar que há um esforço considerável dos camponeses para romper com este padrão, pela via de uma reordenação da base produtiva. Ao lado dos roçados anuais, vêm sendo implantadas culturas permanentes que enriquecem a região com uma variedade de frutíferas e *commodities* que passam a abastecer mercados como Belém e estados do Nordeste. Nesse contexto, pois, o que se vê são dinâmicas adaptativas às novas demandas da terra, da família, do mercado.

A escolha do município de Capitão Poço deu-se porque os dados secundários da FIBGE confirmavam os movimentos de mudança na sua base produtiva como particularmente fortes. Por outro lado, técnicos da FASE sugeriram o município⁴ como campo fértil para estudos sobre mudanças tecnológicas e permanência do campesinato.

Realizaram-se dois levantamentos de campo. No primeiro, em 1993, foram entrevistados 101 camponeses de 44 vilarejos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado na sede do município. Os seus resultados formam um banco de dados de acesso comum ao grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Francisco de Assis Costa. Em 1995, foram visitados por mim 25 lotes, em 21 vilas, sorteados a partir da pesquisa anterior. O sorteio dos 25 casos levou em consideração a proporção da frequência dos 5 sistemas de produção encontrados na primeira pesquisa, relacionados com tamanho da terra e número de trabalhadores disponíveis.

A primeira pesquisa nos forneceu dados sobre a capacidade de investimento do campesinato em processos de inovação tecnológicos e seus determinantes econômicos propulsores - as restrições de trabalho e terra. Este trabalho procurará detectar a "ambiência social" - sua interveniência - e os traços de natureza "não-econômica" das famílias propícios a esses investimentos econômicos.

O problema principal que orientou todo esforço de pesquisa foi o da "mudança para a permanência" do campesinato em nossa sociedade. Ou seja, interessa-nos os fatores de mudança que permitiram (ou tem permitido) a permanência de um grupo importante de camponeses em Capitão Poço sob novas bases tecnológicas.

Mais especificamente, nos orientaram questões como: estavam os camponeses que optaram por investir em culturas permanentes em condições especiais? Como realizaram os investimentos?

Quem é esse campesinato? Há diferenças culturais no seu interior que determinam ou limitam processos de inovação? A sua idade, origem e localização de seu estabelecimento em relação à sede do município tiveram alguma influência na adoção de novos processos tecnológicos? Por outro lado, que peso tiveram as instituições técnicas públicas que atuam no município na difusão de novas técnicas? E a organização dos trabalhadores? Quais processos organizativos têm se desenvolvido concomitante a – ou em decorrência da – implantação de novas atividades?

⁴ A FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) atua em vários municípios do nordeste paraense junto aos camponeses, desenvolvendo projetos educacionais e apoiando a organização política.

2. O processo de ocupação de Capitão Poço por camponeses paraenses e nordestinos

As ocupações mais antigas de Capitão Poço se deram com famílias paraenses provenientes de Ourém, Bragança e Capanema, pela margem direita de seu rio principal - o Guamá - que divisa o município a norte com Ourém. Os camponeses por nós entrevistados eram, por um lado, paraenses, descendentes de negros, portugueses e índios, miscigenados em longo convívio no Pará e, por outro, migrantes nordestinos.

Das 101 famílias entrevistadas, 48 eram paraenses, sendo 25 oriundas de Capitão Poço e 23 de outros municípios próximos. De origem nordestina temos 53 casos sendo 45 ou 84% provenientes do Ceará⁵. O restante distribui-se entre o Maranhão (3 casos), Rio Grande do Norte (3 casos) e Paraíba (2 casos).

É interessante anotar, que 31% dos paraenses são filhos de nordestinos, sendo 7 nascidos em Capitão Poço e 8 em outros municípios do Pará.

A migração predominante de paraenses ocorreu direto da microrregião Bragantina, principalmente no município de Ourém com 11 casos. Aliás, a predominância das trajetórias de migração dá-se no perímetro das regiões circunvizinhas. Também é importante assinalar que não houve, com exceção de poucos casos, uma história de sucessivas migrações no interior do Pará. O mais comum foi a migração direta do município de origem para Capitão Poço.

Inicia-se, em meados da década de 40, a ocupação de parte do município por nordestinos. Eles assentaram-se mais ao sul dos paraenses e fundaram a vila de Capitão Poço. Lá encontraram descendentes de famílias nordestinas que moravam no Pará desde o início do século, em áreas próximas, como Ourém e Viseu, que vieram com a grande seca de 1915, para a estrada Belém-Bragança⁶. Posteriormente, com a recorrência da seca e a persistência do latifúndio no Nordeste, a migração de nordestinos prossegue. A trajetória de migração dos nordestinos para Capitão Poço foi bem mais diversificada do que a dos paraenses. Uma parte migrou diretamente do Ceará para Capitão Poço e outra parte passou por outros estados da Amazônia e vários municípios do Pará.

⁵ No Ceará, as localidades de emigração informadas são: Massapê, Gameleira, Distrito Batrité, Santo Estevão, Canindé, Freicheirinha, Merooca, Coreaú, Aracati, Petecoste, Tapajés, Aracoatiara, Iguatú, Baturité, Tianguá, Serra Grande, Santana de Acaraú, Sobral, Viçosa, Independência e Alcântara.

⁶ Para maiores detalhes sobre os problemas da Agricultura e colonização da Bragantina ver Cruz (1958), Penteadó (1967) e Carneiro (1988).

Migração Nordestina para a Amazônia e Abastecimento Interno

Desde os meados do século XIX, especialmente com a grande seca no Nordeste em 1877, migram para a Amazônia nordestinos em grandes levas, tanto de forma "organizada" por governos, como de forma espontânea. A atividade econômica principal, o extrativismo-exportador, necessitava da Agricultura para subsidiá-la (Santos, 1980; Mourão, 1989). Belém, como pólo comercial, aumentou sua capacidade como mercado consumidor de alimentos básicos e de matérias-primas, permitindo a expansão da agricultura familiar em áreas próximas. Estudos históricos mostram que mesmo na época áurea da borracha, quando as atividades produtivas estavam voltadas principalmente para o mercado externo, a Amazônia produzia a maioria dos alimentos para o consumo interno. A produção agrícola era regionalizada, abastecendo mercados locais. Com a queda na produção da borracha a agricultura volta a ser uma opção econômica prioritária para os governos locais (Weinstein, 1993). Os nordestinos juntamente com os paraenses, tiveram, também aí, um destacado papel.

Políticos e empresários da região consentiram e incentivaram o processo de ocupação por camponeses e obtiveram bons frutos - juntamente com uma massa de camponeses altamente ligados ao mercado na produção de malva e algodão, formou-se uma massa de eleitores⁷.

Dos 87 casos com infomações referentes ao período de acesso à terra, 60% tiveram acesso à terra em Capitão Poço há mais de 10 anos, principalmente no período de 1941 a 1980. Nessa época, instalaram-se 65% dos nordestinos e 54% dos paraenses. Estabelecido há mais de 20 anos, entre 1941 e 1970, temos 21 casos, sendo 22% de os nordestinos e 27% de paraenses. Os períodos de maior fluxo foram as décadas de 70 e 80 com 51% entre os paraenses e 76% entre os nordestinos, demonstrando que a migração tanto de paraenses como de nordestinos prosseguiu até então.

O conjunto dos entrevistados não conforma um campesinato especial, com condições de trabalho e cidadania diferentes do que a literatura informa sobre a maioria dos camponeses na região. Estamos diante de um campesinato com características bastante comuns, descritas em inúmeros trabalhos etnográficos e sociológicos (MOURA,1986) que tratam do campesinato chamado tradicional, no sentido dado por Abramovay (1991) - parcialmente integrado no mercado e tecnologicamente rudimentar - na Amazônia. Mas trata-se, também de um campesinato de *fronteira* (VELHO,1976), resultado de movimentos migratórios intensos, que persistem até o presente, de grupos marcados pela cultura nordestina e grupos marcados pela cultura amazônica. Isto torna a questão da dinâmica de suas mudanças, seus fundamentos, características e limites, ainda mais interessantes, tanto como referências para a percepção dos destinos da agricultura familiar na região, quanto, mesmo, para o estudo da agricultura familiar em geral.

⁷ Em 1962 o primeiro prefeito do município de Capitão Poço foi o prefeito de Ourém que havia incentivado as ocupações já em 1930. Em 1966, foi eleito deputado estadual (Conf. Sawyer, 1979).

3. O desenvolvimento da agropecuária em Capitão Poço

Até o início deste século, quando chegaram os primeiros camponeses, a área de Capitão Poço era povoada basicamente por índios. O extrativismo e a caça eram as atividades principais. A agricultura começou a sobressair-se nos anos 40 com o arroz, o algodão, a malva, a mandioca e o fumo (VILAR, 1997).

Após a Segunda Guerra Mundial, Belém amplia suas relações comerciais, com o surgimento de várias indústrias locais. Destaca-se o ramo de beneficiamento de fibras naturais que incentiva a produção de malva. Por necessitar de poucos investimentos e não exigir solos muito férteis, nos anos 40 e 50 a malva é implantada por grande parte dos camponeses de Capitão Poço, tornando o município, até os meados da década de 80, o quarto maior produtor do Pará⁸.

A partir da década de 50 foram construídas estradas que ligam Capitão Poço aos municípios vizinhos de Ourém e Irituia, facilitando o escoamento da produção.

Nos anos 60, com a execução dos programas federais de desenvolvimento, há uma expansão populacional e econômica mais intensa em toda a região. Neste novo contexto, as fábricas de beneficiamento de juta passaram a fornecer para as indústrias têxteis de aniação de São Paulo e Rio de Janeiro. Com a construção da rodovia Belém-Brasília, aumenta ainda mais o comércio com o Centro-Sul e, com isso, a importância agrícola do município.

Desde a década de 70, a pimenta-do-reino passa a ser cultivada, tornando-se o município, em 1980, o terceiro maior produtor em todo o Estado do Pará⁹.

3.1. O reordenamento da base produtiva do município na década de oitenta

Os dados secundários da série Produção Agrícola Municipal, da FIBGE, relativos a Capitão Poço mostram que a partir da década de 80 apresenta-se uma reorientação na estrutura produtiva do município, com um processo de diversificação das atividades na agricultura que leva a uma maior complexificação dos sistemas produtivos, com a inserção sistemática de culturas permanentes.

A partir do ano de 1980 aparece nas mencionadas estatísticas a produção de laranja, a qual, com exceção do ano de 1981 quando há uma queda na sua produção, cresce progressivamente até 1992.

As primeiras experiências com a laranja ocorrem nos meados da década de 70. As informações sobre a introdução da laranja no município são controversas. Segundo as entrevistas de campo, ora aparecem como uma iniciativa individual de um agrônomo, ora como resultado da participação do

⁸ FIBGE, julho, 1987.

⁹ FIBGE-julho, 1987.

Estado, através da sua Secretaria de Agricultura e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁰. Segundo apuramos, no início de 1970, o agrônomo Antonio Soares Neto chega no Pará vindo de Boquin, no Estado de Sergipe, onde passara 10 anos na Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR-NORDESTE. Veio para atuar na ANCAR-PARÁ. Com recursos financeiros do Banco do Brasil implantou laranjais em sua propriedade no município. Somente em 1980, a Secretaria de Agricultura começou a desenvolver experiências com citrus. Importou mudas de limão cravo de Sergipe, formou um campo de produção de sementes, implantou um jardim clonal para seleção de mudas. Chegou a produzir mais de 20 mil mudas. Posteriormente, a Secretaria de Agricultura do Pará/SAGRI estendeu a sua atuação a Santarém e Belterra. Uma conclusão resulta imediatamente daí: o Governo do Estado do Pará passa a atuar só depois das experiências individuais e, também pelos relatos, de forma inconstante e pontual.

Dado o sucesso do primeiro investidor, o interesse na laranja foi disseminando-se entre os camponeses. Hoje, ligados a laranja temos, por um lado, uma massa de camponeses e, por outro, empresas patronais, com grandes plantações como é o caso da CITROPAR, na vila de Capitão Poçinho.

O maracujá aparece somente no ano de 1988. Com excessão da queda na sua produção em 1989, cresce abruptamente a partir de 1991, equiparando-se à laranja em volume de produção nesse período. A indústria de sucos AMAFRUTA, localizada em Benevides, próximo de Belém, incentivou seu plantio em algumas vilas pesquisadas comprometendo-se a comprar a produção, o que ocorreu somente a partir da segunda safra.

Por outro lado, a produção de algodão e da malva, culturas tradicionais do município, produzidas, como vimos, desde o início da ocupação, cai, abruptamente no final do período, a partir da década de 90. O mesmo ocorre com a pimenta-do-reino.

Nota-se, todavia, que a introdução de culturas permanentes vem compor, juntamente com as lavouras temporárias, o sistema de produção do município de Capitão Poço, já que as lavouras temporárias, como a mandioca, o feijão e o milho, mantiveram relativo crescimento, mesmo que pequeno, ou, no mínimo uma certa estabilidade na produção durante todo o período. Assim, não houve total substituição das lavouras temporárias pelas permanentes mas sim incorporação desses novos produtos no sistema já existente, com a pequena diminuição na área plantada de culturas temporárias.

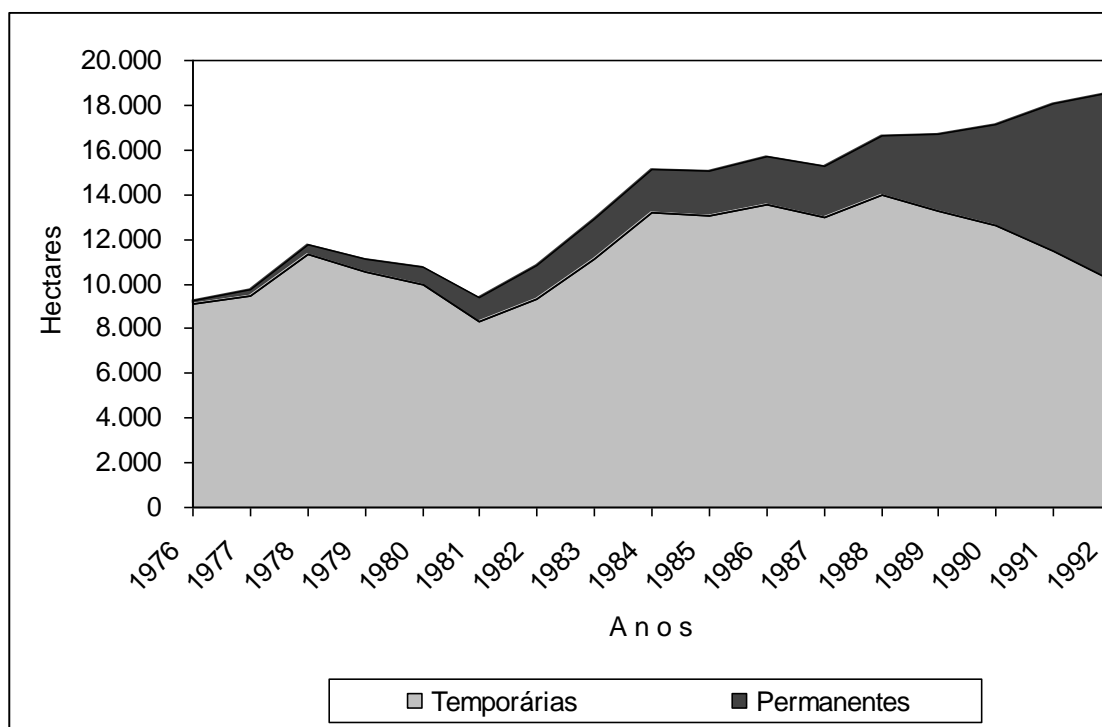
Para o conjunto da produção agrícola, o processo pode ser bem observado com os dados relativos à área colhida total e sua composição em termos de culturas temporárias e culturas permanentes. É o que se pode observar no Gráfico 1. Ao longo dos anos oitenta a área colhida com

¹⁰ Prefeitura Municipal de Capitão Poço (1992).

culturas permanentes vai crescendo continuamente, até o ponto em que se torna sozinha responsável pelo crescimento da área total, uma vez que a área com culturas temporárias, a partir de 1988, começa sistematicamente a cair até o final do período.

O reordenamento da produção teve efeito fortíssimo no valor da produção agrícola do município. O Gráfico 2 apresenta esta grandeza calculada em dólares para melhor visualização. De US\$ 4 milhões no meio dos anos setenta, praticamente triplica 10 anos depois e quadruplica até final da década de 80. No início dos anos noventa apresenta queda, chegando assim mesmo em 1992 a US\$ 14 milhões.

Gráfico 1 – Evolução da Área Colhida Total, com Culturas Temporárias e Permanentes, em Hectare.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, diversos anos.

Gráfico 2 – Evolução do Valor da Produção Agrícola Total, das Culturas Temporárias e Permanentes, em US\$ 1.000.



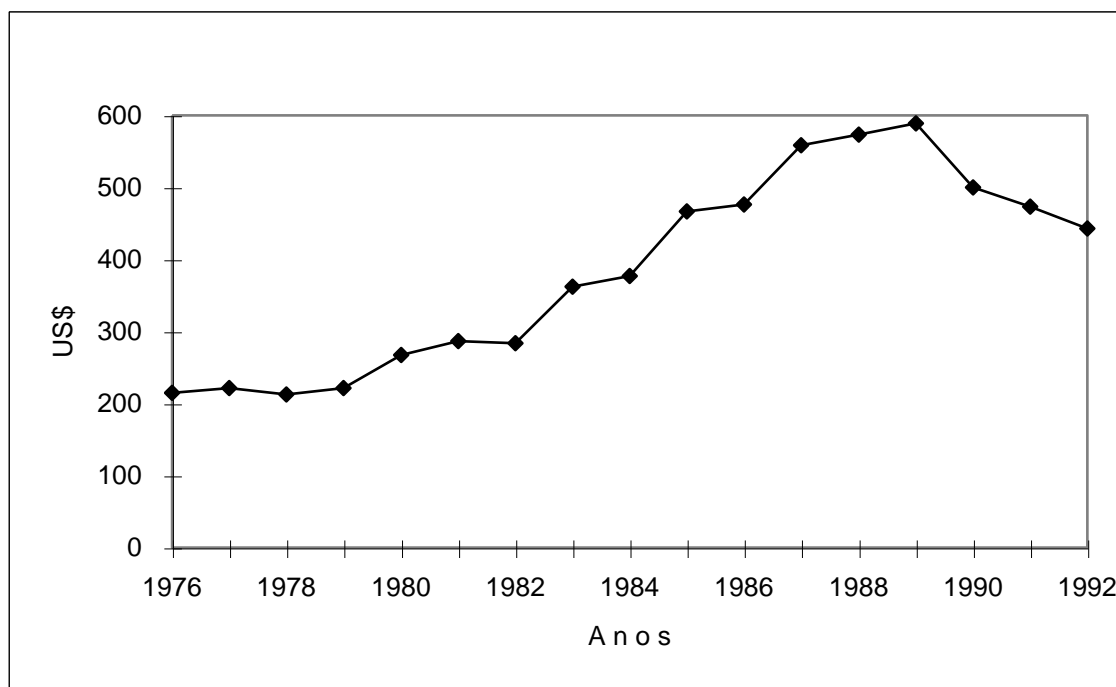
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, diversos anos.

A população rural no município vem crescendo no mesmo ritmo que a população total - 2,51% a.a. de 1960 a 1980 e 3,24% a.a. ao longo da década de 80 e até 1991, data do último censo - demonstrando, na média a capacidade do setor rural de manter - e mesmo absorver - população. Como resultado manteve-se constante, entre 1960 até 1991 a proporção entre a população rural e urbana, respectivamente, 67% e 33%.

Tais tendências no valor da produção rural e na dinâmica da população que lhe serve de base - a população rural - levaram a um incremento substantivo da renda *per capita* rural do município. Medida em dólares, a renda *per capita* rural saiu de US\$ 200 em meados dos anos 70, chegando a

US\$ 600 ao término dos anos 80, decaindo em seguida para se situar em torno de US\$ 450 em 1992 (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do Valor da Produção Agrícola Per Capita, em US\$



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal e Censo Agropecuário, vários anos. Correção para US\$, da autora.

Para todo o município, nota-se que entre 1970 e 1975 o número de estabelecimentos onde entendemos estarem inseridos os camponeses cresceu de 2.757 para 3.289, com área média de 32,28 ha. Entretanto, de 1975 a 1980 cai para 2.880 estabelecimentos com redução da área média para 28,59 ha e, em 1985, volta a crescer atingindo 3.040 estabelecimentos com área média atingindo 30 ha .

Por outro lado, as fazendas (com mais de 200 hectares e menos de 5.000) tiveram crescimento constante em todo o período, tanto no número de estabelecimentos quanto na área. De 20 estabelecimentos em 1970, passam em 1975 para 43. Em 1980 atinge 53 estabelecimentos, chegando em 1985 com 78 estabelecimentos.

As grandes empresas latifundiárias, que apropriaram extensões superiores a 5.000 hectares aparecem pela primeira vez no Censo de 1985 quando 7 estabelecimentos surgem, abrangendo sozinhos 96.032 ha. Nesse ano, o município possuía uma área ocupada de 242.573 hectares, ou seja, esses 7 latifúndios abrangiam quase 40% de toda a área ocupada, maior do que a utilizada pelos 3.040 estabelecimentos camponeses que representavam 97% do total.

Assim, com $\frac{2}{3}$ da população na área rural em 1991, Capitão Poço, como vimos, tem um processo de ocupação diversificado que gerou uma estrutura fundiária concentrada e desigual - como, aliás, impera na região e no país. Mas que, todavia, não impediu a consolidação do campesinato que participa ativamente na produção de riquezas.

O campesinato também participa majoritariamente na produção de empregos. Costa mostra que, *"em 1985, a participação relativa da força de trabalho familiar no total de pessoal ocupado do município aumentou para 87%, comparativamente aos 78,5% que representara em 1970. Ao mesmo tempo, observa-se que como trabalhadores assalariados permanentes registram-se em 1970, 0,016% e em 1985 0,03% do total de força de trabalho. O que, por uma parte, informa-nos da retração do significado da categoria de trabalhadores temporários, por outra, diz-nos do caráter improdutivo que até aquela data assumia parte das grandes apropriações que se fizeram no período"* (Costa, 1995:6-7).

Mais recentemente, a produção de laranja realizada por agroindústrias de sucos pode alterar esse quadro embora até então sejam de pequena extensão em relação ao volume *de estabelecimentos camponeses*.

3.2 Crise e rearticulação do campesinato em Capitão Poço

Nos anos 70 e 80, praticamente toda a produção acadêmica sobre as formas de produção camponesas na Amazônia previa-lhes uma crise profunda e irreversível, com poucas perspectivas de permanência a longo prazo. A predominância da *shifting cultivation*, aliada a exploração do capital mercantil e agrário e a sempre notada ausência do Estado, levava a uma crônica falta de capacidade de investimentos em novos processos produtivos, levando o campesinato à inexorável desestruturação econômica ou a busca de novas terras.

Tal dinâmica agravar-se-ia já que a transformação da floresta em roçados na região de terra firme é um processo com limites estreitos. Com o tempo, seja por aumento da densidade populacional ou pela concentração da terra, caso não haja um período de descanso ou "pousio" mínimo, a tendência é a diminuição da fertilidade em função das queimadas anuais, ocorrendo a lixiviação e consequentemente a erosão do solo sem proteção pelas chuvas¹¹.

Utilizando esse referencial, Sawyer (1979), que pesquisou a agricultura de Capitão Poço nos anos setenta, afirmava que depois desse processo, para que os "colonos" do município mantivessem sua atividade agrícola seria necessário o uso de adubos químicos e pesticidas ou a introdução de culturas permanentes.

¹¹ Esther Boserup (1965) nos dá exemplos de processos semelhantes em outras regiões.

Para Sawyer, dado que não pode arcar com os recursos para introdução desses dois fatores, a dinâmica da *shifting cultivation* dá um caráter predatório aos camponeses com dupla face: de um lado, uma inerente mobilidade espacial; de outro, um também endógeno imobilismo tecnológico. Portanto, as duas vias de superação da crise -, a adoção de insumos modernos e a implantação de culturas permanentes - estariam bloqueadas aos camponeses.

“Nesses dois casos, os colonos estão praticamente excluídos pelos preços dos insumos ou montante do investimento. O pequeno produtor precisa da terra principalmente como objeto de trabalho, pela fertilidade natural, em vez de simples instrumento a ser combinado com outros meios de produção que teria que adquirir no mercado. É o desgaste da terra e a busca da terra como objeto de trabalho que estão por trás do movimento da frente camponesa, através da Bragantina e Guajarina” (Sawyer, 1979:790-791).

Assim,

“Se por um lado o colono não pode deixar a terra “descansar” pelo período necessário, de sete a oito anos, por outro, não pode adotar tecnologia mais avançada (fertilizantes, corretivos, defensivos, etc.) ou culturas perenes, na medida em que estes implicam em investimentos monetários. A única alternativa realista que lhe resta é esgotar a fertilidade natural do solo, ou então abandonar sua exploração agrícola, migrando para outro lugar ou empregando-se em outros empreendimentos. A propriedade de um lote que não permita rotação de terras não lhe oferece garantias a longo prazo” (Sawyer, 1979: 804-805).

Mas, os dados empíricos revelam três processos que contrariam tal convicção. Primeiro, o dinamismo sem precedentes da agricultura em Capitão Poço, por toda segunda metade dos anos oitenta e início dos 90, representado pelo crescimento veloz do valor da produção e pelo crescimento, em ambos os casos, da importância das culturas permanentes em detrimento das culturas temporárias. Segundo, que os camponeses mostraram-se até 1985, como uma estrutura fundamental e relativamente estável no município. Terceiro, o aumento da população rural.

Todavia, ainda caberia a questão: partilharam esses camponeses (dispõe-se apenas de dados até o último censo agropecuário de 1985) das mudanças que se processaram por todo resto da década de oitenta e início da de noventa?

A pesquisa de 1993 em Capitão Poço fornece indicações preciosas para a resposta a esta questão. No período, configuraram-se 5 sistemas de produção. Das 101 famílias camponesas entrevistadas, 92 tinham implantado culturas permanentes e nada menos que 53 apresentavam o sistema mais diversificado, englobando culturas temporárias, permanentes e pecuária bovina. 36 dos pesquisados se dedicavam a culturas temporárias e permanentes. Apenas com culturas temporárias - nos padrões da *shifting cultivation*, de agricultura itinerante - foram registrados somente 9 casos. Com

produção de culturas permanentes e pecuária registrou-se 2 casos, e 1 caso de produção somente de culturas permanentes (Tabela 1).

Tabela 1 – Capitão Poço - Famílias Camponesas e Rendimento Médio Familiar por Sistema de Produção - 1993.

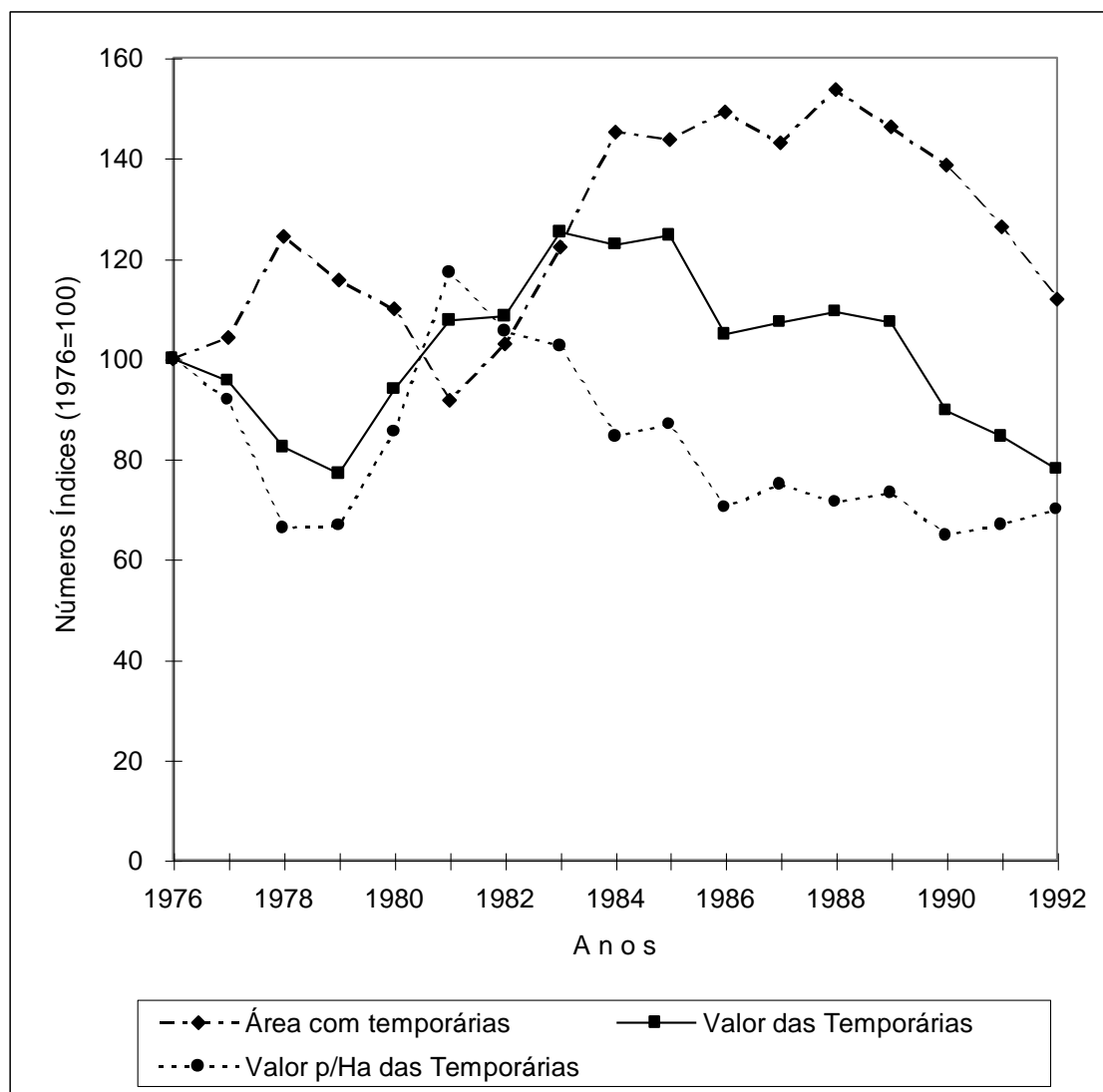
Sistemas de Produção	Número de Famílias	Rendimento Líquido Anual Médio por Família - US\$
Temporárias	9	2.637,00
Temp. + Permanentes	36	5.858,21
Temp. + Perm. + Pecuária	53	10.595,37
Permanentes + Pecuária	2	10.029,48
Só Permanentes	1	13.135,79
TOTAL	101	8.210,95

Fonte: Costa, 1995, pp. 8 e 16.

Por outra parte, aos sistemas de produção mais complexos corresponderam níveis de renda mais elevados. Esses dados mostram a diversificação dos sistemas de produção e a concomitante efficientização econômica, com a presença massiva das culturas permanentes compondo a produção dos camponeses pesquisados. Negam, portanto, os trabalhos que excluíram totalmente essa possibilidade. Negam, sobretudo, as previsões de Sawyer. Sobre isso, paira uma indagação. Como é possível a um pesquisador, preocupado com o dinamismo que conseguia observar nos camponeses em Capitão Poço, tirar conclusões tão equivocadas quanto a capacidade de permanência dos camponeses?

A resposta está, de um lado, nas indicações empíricas de crise que este autor teve a oportunidade de recolher. De fato, os próprios dados que já expusemos acima, apontam para uma situação de crise no final dos anos setenta e início dos oitenta, para estruturas que dependessem somente de culturas temporárias. O Gráfico 4, apresenta a evolução - observada pelos números índices - das variáveis valor da produção, área colhida e valor por hectare (valor da produção dividido pela área colhida) das cultura temporárias.

Gráfico 4 – Evolução da Área Colhida, do Valor Total e do Valor por Hectare das Culturas Temporárias em Capitão Poço, 1976-1992, Números Índices (1976=100).



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, vários anos.

Até 1979 cresce substancialmente a área colhida das culturas temporárias – expande-se o plantio – mas com rendimento monetário decrescente em termos totais e por unidade de área. A partir daí, cai a área, com forte recuperação do rendimento por hectare até 1981, quando começa, esta última variável, de novo a declinar até o final do período. A queda no rendimento por área no primeiro momento pode ter levado à quebra de muitos estabelecimentos camponeses. E precisamente a saída destas famílias pode ser a explicação para a redução da área no período seguinte (a recuperação do rendimento por área se deveria, no caso, ao fato de terem permanecido aquelas com produtividade física mais elevada). Esta interpretação é reforçada por um dado que já mencionamos antes: os censos agropecuários mostram que entre 1975 e 1980 reduziu o número de estabelecimentos

camponeses em Capitão Poço. Enfim, há fortes indícios de que, no período em que lá pesquisou, Sawyer tenha se defrontado com expressões visíveis dessa, digamos, situação de crise. Isso justifica, todavia, o enunciado, que fez, da crise?

Não justifica, de nenhum modo, a previsão que também fez, do que seria pretensamente o desfecho da crise: o colapso inevitável das estruturas camponesas. O que explicaria, então, o fato de os camponeses terem empreendido um esforço de mudanças, contrariando todas as previsões?

O que melhor explicaria a forma e a direção da previsão do autor em questão seria sua absorção como, a rigor, toda uma geração de pesquisadores sobre o agrário no Brasil e na Amazônia se submeteu, de forma mais ou menos mecânica e acrítica de matrizes teóricas generalizantes que, há um século e meio, vêm prognosticando o fim do campesinato no capitalismo.

4 Fatores que motivaram mudanças nas unidades camponesas em Capitão Poço

Orientado pelas restrições nos fatores econômicos básicos de produção – terra e trabalho –, Costa (1995) analisou os condicionantes internos da dinâmica de investimentos para mudança entre os camponeses de Capitão Poço. A crise gerada pela limitação da combinação desses dois fatores fundamentais, na sua opinião, levou os camponeses a buscarem saídas em novas atividades, no caso, nas culturas permanentes ou perenes e na formação de pastagem.

A minha hipótese de trabalho, aqui, é que outros fatores, que poderíamos designar de *não econômicos*, também tiveram importância e constituíram-se em fatores que distinguiram os grupos de família na disposição para as mudanças, ou seja, produziram (ou podem ter produzido) vantagens/desvantagens econômicas no processo reprodutivo, os quais podem ter se tornado cumulativas no sentido atribuído por Shanin (1982). Isto é, tornaram-se ponto de partida de processos que produziram base para a permanência ou colapso das unidades produtivas.

Estes fatores se dividem em grupos de fatores internos e externos. Os fatores internos às famílias e grupos de famílias camponesas são referentes à sua capacidade interna, suas características endógenas que podem influir como fundamento de mudanças. Desses, existem aqueles sobre os quais não se pode atuar, como a origem cultural e “trajetória de vida”, a faixa etária, etc. Para analisar esse ítem trabalharemos com as categorias de origem da família e faixa etária do chefe da família.

Outros fatores internos são desenvolvidos, isto é, formados pelas famílias enquanto grupo social, na organização do trabalho, nas relações com a sociedade envolvente, nas formas diferenciadas de relações de trabalho, de amizade, de parentesco etc. Trabalharemos inicialmente com dois fatores

deste tipo: nível de interação da família com formas de organização e nível de escolaridade do chefe da família.

Os fatores externos são os que dependem de iniciativas exteriores às famílias. Iniciativas de instituições públicas, comunitárias ou de classe - formais e informais. Trabalharemos com as seguintes variáveis: acesso a técnicas agrícolas, acesso ao crédito, acesso a formas coletivas de organização do trabalho e vantagens locacionais.

A origem do chefe da família, no caso, se nordestina, se paraense ou se paraense filho de nordestinos, diz do seu fundamento cultural, da sua “trajetória” no que se refere a práticas produtivas e reprodutivas - do trabalho e do lazer. A hipótese é a de que essa base cultural, aliada a condições objetivas de disponibilidade de recursos naturais pode se constituir numa vantagem/desvantagem a fundamentar, no contexto dado, dinâmicas de mudança em busca de efficientização.

A faixa etária do chefe da família pode informar quanto a maior ou menor disposição para novos “esforços” ou para a ousadia de abandonar padrões, ou a eles se fixar, para o arrojo da inovação.

O nível de interação da família com formas associativas, sua sociabilidade, aponta para a respectiva abertura no que se refere à troca de experiências e à busca de teias de solidariedade. Tal disposição, por hipótese, pode influir na disposição de mudar, pois pode atuar reduzindo custos e riscos.

A hipótese de que o grau de escolaridade influi de forma importante na capacidade de mudar parece-nos óbvia. O acesso à informação escrita, a cumulatividade de memória, a ampliação da percepção das informações orais: são alguns dos elementos que sempre são lembrados quando se refere a tal correlação.

Quanto ao acesso a formas coletivas de organização do trabalho - como os mutirões - podem se constituir em formas de suprir fatores econômicos escassos na formação de pressupostos para a mudança.

Por seu turno, as vantagens locacionais, que os economistas tendem a reduzir a questões de mercado, as compreendemos como importantes em função de sua influência no acesso a meios institucionais que podem ter efeitos sobre os investimentos. A localização pode ser importante por estabelecer distância e condições de acesso ao mercado; mas ela é também fundamental, porque pode estabelecer distâncias e condições de acesso às instituições do Estado ou da sociedade civil.

4.1 O método e variáveis de observação da influência dos diversos fatores

Tomamos uma variável que consideramos forte em expressar a capacidade de mudança demonstrada pelas famílias e grupos de famílias - o *valor de mercado dos meios de produção*

formados no processo de mudança. Ter o valor de mercado desses meios não significa que eles foram obtidos no mercado. Eles podem ter sido obtidos pela mobilização estrita ou parcial de recursos internos, próprios às unidades produtivas. O que aqui se requer é a valorização, a preços vigentes de mercado, desses meios. A variável *valor de mercado dos meios de produção formados no processo de mudança*, quando dividida pelo total de trabalhadores formadores, em última instância, desses novos meios de produção, resulta no que chamamos de *investimento médio por trabalhador equivalente*.

Trabalhador equivalente é uma unidade de equiparação. Os critérios para determinar tal *unidade de força de trabalho*, ou seja, a potência física de um homem adulto normal, baseou-se em Chayanov (1974), que considera os filhos de 10 a 14 anos equivalentes à metade de uma *unidade de força de trabalho* - isto é, da potência de um homem adulto. Os jovens, de 15 a 18 anos são considerados 0,75 da potência de um homem adulto. A partir de 18 anos equivalem a uma unidade completa de força de trabalho. As filhas têm participação um pouco menor, sendo 0,75 do filho homem de idade correspondente. As mães, embora trabalhem muito, geralmente são poupadas de serviços pesados, como por exemplo, a capina e a broca e, portanto, são consideradas com a mesma potência do jovem - 0,75 da potência física de um homem. As crianças de zero a nove anos não são computadas como trabalhadores.

Mudar exige esforço extra, *trabalho extra*, no sentido econômico e físico, de todos os membros da família. Os membros da família, para obter os pressupostos de mudança, têm que trabalhar além do normalmente aplicado para conseguir o sustento socialmente necessário dos seus membros (Costa, 1994).

Uma maior ou menor disposição para mudar leva a um maior ou menor esforço de mudança, *materializado nos meios criados para mudança*. O valor desses meios, (no nosso caso, o valor das plantações de culturas permanentes, dos pastos e das cabeças de gado) indica, portanto, a disposição (grau de motivação) que o gerou.

Todos os membros aptos ao trabalho contribuem para o esforço de mudança - por ação direta ou indireta na sua concretização - mas apresentam-se como potências diferenciadas de trabalho, de acordo com a faixa etária e sexo.

Se temos quanto em média cada componente da força de trabalho de uma família contribuiu na formação do valor dos novos meios criados, temos uma medida forte da disposição a mudar daquela família no período em que os esforços foram feitos.

Se tomarmos o *valor de mercado* dos novos meios de produção criados (investimentos) por uma família ou por grupos de famílias, e dividir pelo número de trabalhadores que geraram estes valores - obtenho a *contribuição média de cada unidade de trabalhador* e, assim, *uma indicação forte do esforço que custou a cada trabalhador empreender a mudança*. Considerada a hipótese de que a

esse esforço correspondeu de forma direta à disposição em mudar, à motivação pela inovação, temos, assim, o indicador que necessitamos.

Os bancos de dados de nossa pesquisa, dispõem tanto do valor dos investimentos (em US\$) quanto do número de trabalhadores equivalentes neles envolvidos para cada unidade produtiva. De posse desses dados, verifiquei o comportamento das diversas variáveis externas e internas acima mencionadas¹² e sua influência no nível de investimento.

4.2 Fatores internos condicionantes de diferenciação entre as unidades camponesas

Diferenças por origem do chefe de família

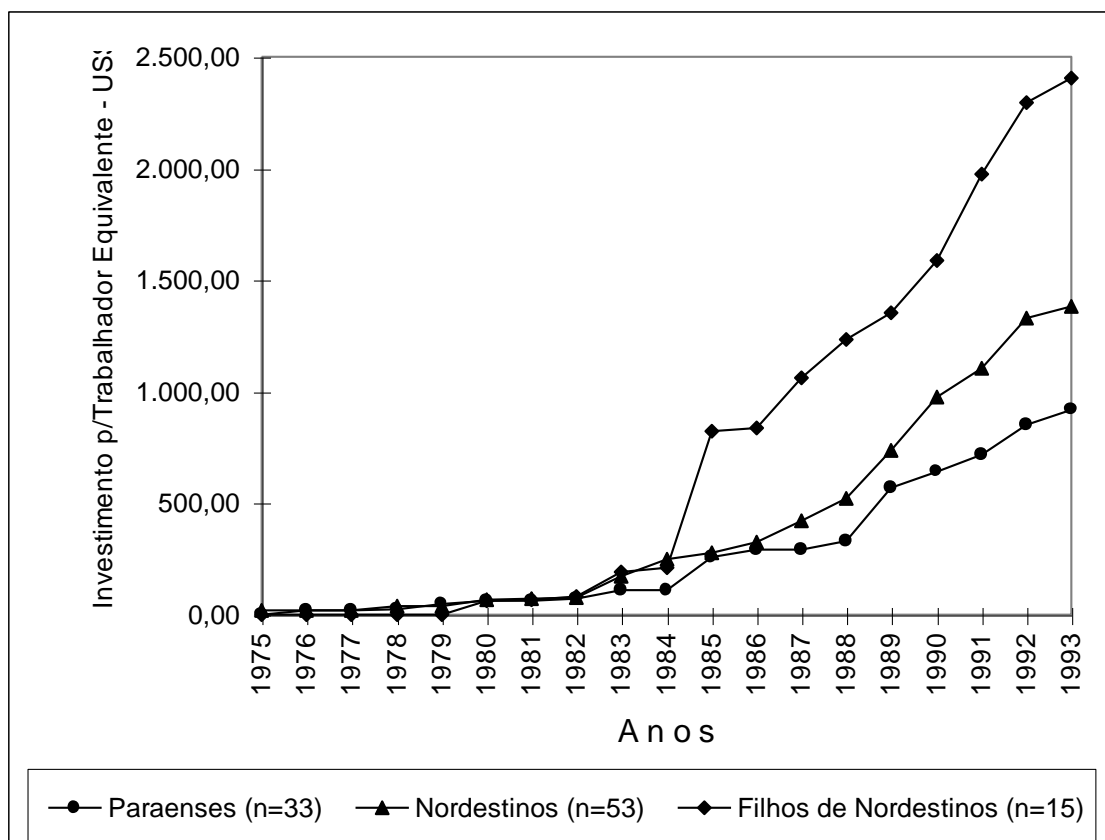
O gráfico 5 mostra a evolução, no tempo, do investimento médio por trabalhador equivalente para as famílias agrupadas por origem. São médias válidas para 53 famílias de nordestinos, 33 famílias de paraenses e 15 de paraenses filhos de nordestinos.

Observa-se que todos arrancaram juntos no início dos anos 80. Entretanto, os paraenses que são filhos de nordestinos começaram a sobressair-se a partir de 1984, crescendo seu esforço de mudança expresso na média de investimentos, continuamente até o final do período, em 1993, distanciando-se marcadamente dos outros grupos.

Em segundo lugar sobressaiu-se o esforço dos nordestinos e em terceiro dos paraenses. Em todo o período, os nordestinos sempre estiveram acima dos paraenses, visualizando-se essa diferença em meados da década de 80. Na época da pesquisa cada trabalhador nordestino tinha investido cerca de 50% a mais do que cada paraense. E cada filho de nordestino, 1,7 vezes a média dos nordestinos.

¹² Para as formas de cálculo dos investimentos ver Costa, 1995.

Gráfico 5 – Evolução do investimento médio por homem-equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por origem do chefe de família.



Fonte: Pesquisa/1993.

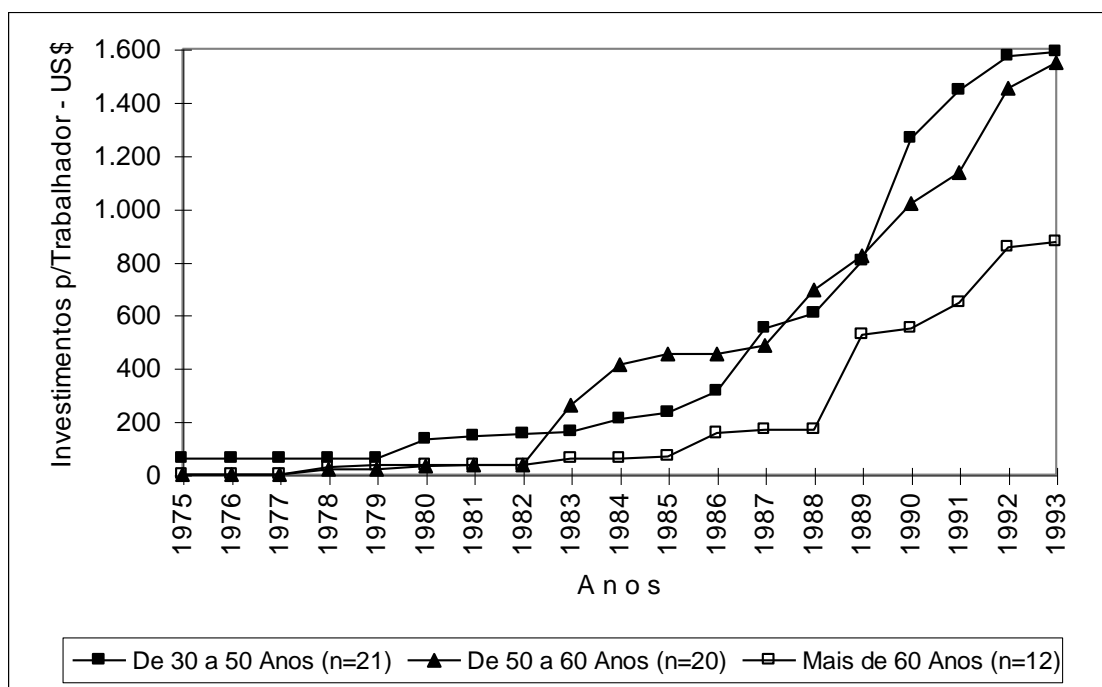
Diferenças por faixa etária do chefe de família

Tomadas as famílias agrupadas pela faixa etária dos entrevistados (“chefe da família”), verifica-se uma variação inversa entre a faixa etária e o esforço de mudança. Ou seja, é na menor faixa etária que encontra-se o maior esforço de investimento: cada trabalhador das famílias cujo chefe tinha até 30 anos (11 casos), investiu quase quatro vezes o que investiram as famílias com chefes de idade entre 30 e 60 anos. Dentre estes há uma ligeira vantagem para os mais novos (de 30 a 50 anos - 41 casos) em relação aos que se encontram entre 50 e 60 anos (26 casos). As famílias com chefes mais idosos (23 casos), são as mais relutantes. No entanto, é importante observar que também aí efetivaram-se esforços positivos.

Diferenças por origem e por faixa etária

Superpondo as duas condições - origem e idade dos chefes de família - chegamos a resultados interessantes como descritos nos Gráficos 6 a 8, que apresentam a evolução do esforço de investimento de nordestinos, paraenses e filhos de nordestinos nas respectivas faixas etárias.

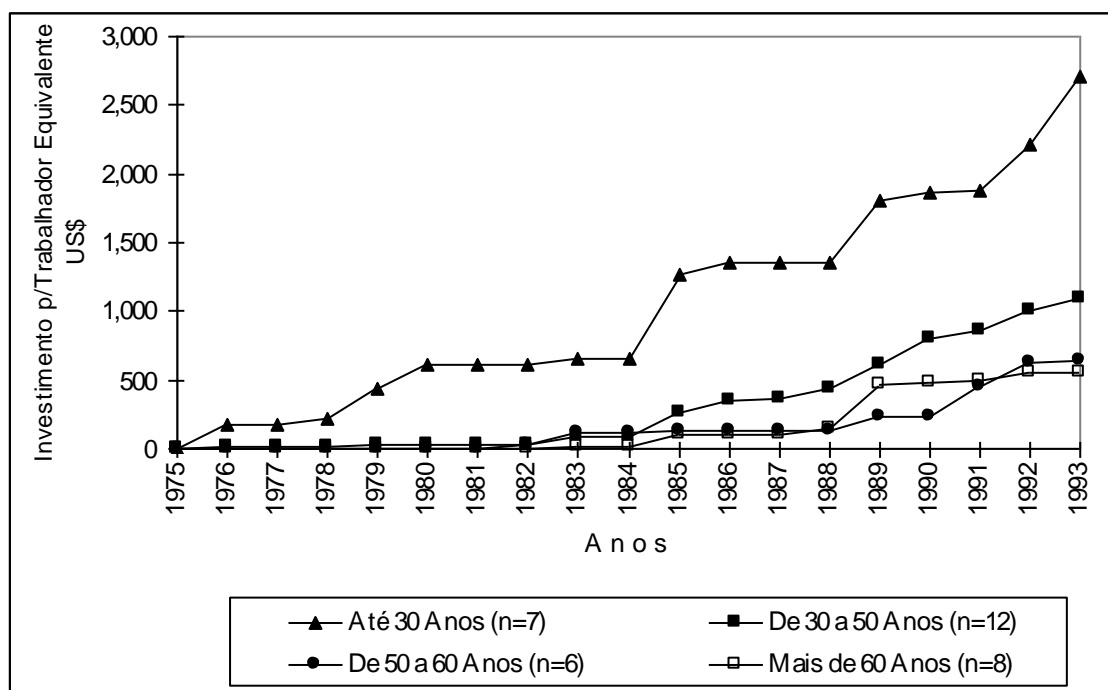
Gráfico 6 – Evolução do investimento médio por homem-equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por faixa etária do chefe da família de origem nordestina.



Fonte: Pesquisa/1993.

A primeira observação a fazer é que em todos os grupos repete-se com um certo rigor a hierarquia da média do conjunto: quanto mais jovem a faixa etária - tanto maior o esforço. Os mais jovens apresentam esforço maior, sendo que a mais jovem faixa etária (até 30 anos) destaca-se clara e fortemente das demais, tanto entre os filhos de nordestinos quanto entre os paraenses, com exceção entre os nordestinos onde não havia entrevistados com menos de 30 anos.

Gráfico 7 – Evolução do investimento médio por homem-equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por faixa etária do chefe da família de origem paraense.

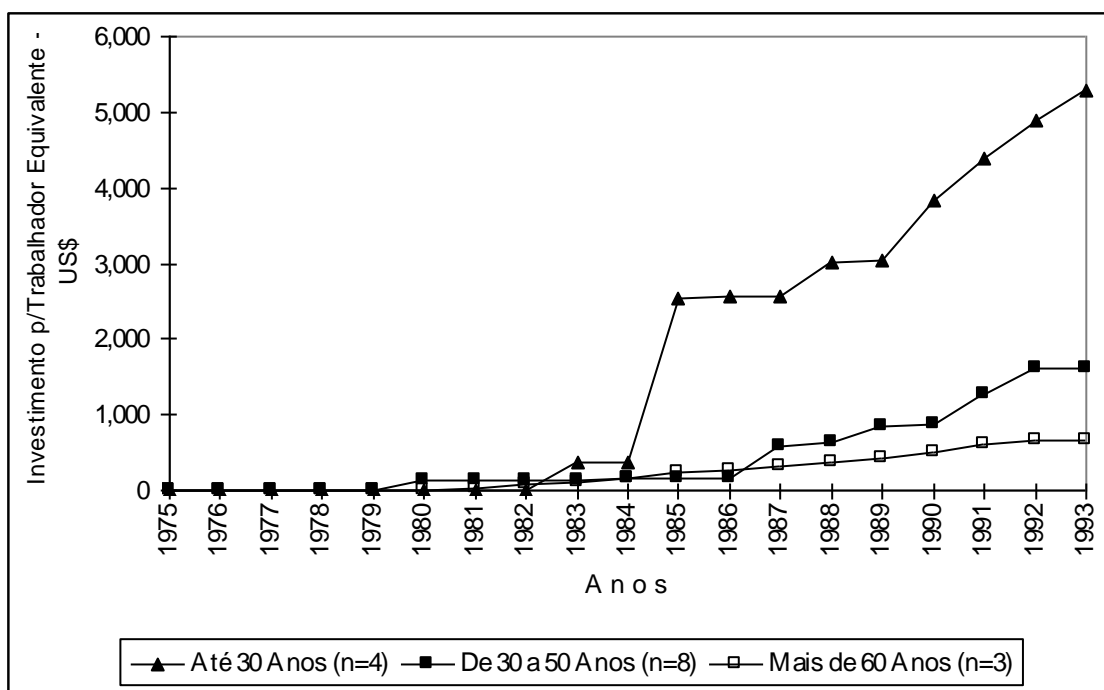


Fonte: Pesquisa/1993.

A disposição à mudança dos mais jovens revela-se claramente, quando vemos que os paraenses com menos de 30 anos fizeram um esforço de investimento por trabalhador equivalente que supera, na média, o esforço médio dos filhos de nordestinos os quais como se viu, apresentaram maior esforço nos grupos organizados por origem.

O esforço dos paraenses mais novos, com menos de 30 anos, só é superado pelo esforço dos filhos de nordestinos na mesma faixa etária.

Gráfico 8 – Evolução do investimento médio por homem-equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por faixa etária do chefe da família de filhos de nordestinos



Fonte: Pesquisa/1993.

Como explicar essas diferenças?

As informações na Tabela 2 indicam que, a considerar as disponibilidades de terra e trabalho, os que mais se esforçaram para mudar não são os melhores aquinhoados¹³.

A quantidade de trabalho, relacionada com o tamanho da área cultivada, vai determinar a intensividade ou extensividade do sistema produtivo. Quanto mais terra e menos trabalho maior será a extensividade. Quanto menos terra e mais trabalho maior será a intensividade (Costa, 1995).

¹³

Trabalhamos aqui com o conjunto dos entrevistados, ou seja, a soma de todos os trabalhadores equivalentes. Para agrupar o coletivo dos camponeses foi feita a média do tamanho da terra com todos os entrevistados. Os que possuíam terra com área abaixo da média ficam no grupo "- terra" e os que tinham terra acima da área média foram agrupados em "+ terra". A mesma média foi calculada para o número de trabalhadores disponíveis no total de entrevistados. Os que possuíam trabalhadores abaixo da média ficam agrupados entre os "- trab" e os com número de trabalhadores acima da média ficaram entre "+ trab".

Tabela 2 – Composição relativa dos chefes das famílias por origem e por restrição dos fatores de produção.

Restrições de terra e trabalho	Paraenses		Nordestinos		Filhos de Nordestinos		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
-Trabalho +Terra	7	23	7	13	2	15	16	16
-Trabalho -Terra	9	29	9	17	7	54	25	26
+Trabalho -Terra	7	23	21	40	3	23	31	32
+Trabalho +Terra	8	26	16	30	1	8	25	26
Total	31	100	53	100	13	100	97	100

Fonte: Pesquisa/1993.

Das famílias de filhos de nordestinos, 69% estão com o número de trabalhadores abaixo da média enquanto os nordestinos têm 30% e os paraenses 52%. Com área abaixo da média, entre os filhos de nordestinos, são 77%, enquanto os nordestinos são 57% e os paraenses 52%. A situação ótima com número de trabalhadores e tamanho do lote acima da média aparece em 25% dos paraenses, 30% dos nordestinos e apenas 8% entre os paraenses filhos de nordestinos. A pior situação (- trab - terra) é a situação de 54% dos filhos de nordestinos e apenas 17% entre os nordestinos e 29% dos paraenses.

Não constituíram, no contexto dado, essas restrições de trabalho e terra, elas mesmas, estímulo para mudar? De acordo com Vilar (1997), é provável que sim. Mas seguramente as condições culturais deram o sentido e ritmo da mudança. É o que se pode depreender da análise que segue.

O senso comum, na região, faz distinção entre paraenses e nordestinos. Perguntados sobre essas diferenças os camponeses assim responderam:

-“Cearense bota mais roça que paraense...quer ficar rico...bota o máximo que puder...” (Entrevistado paraense).

-“Sim, o paraense é mais mole...vive só do chibézinho (Entrevistado cearense).

-“O paraense acaba aprendendo com o cearense a plantar e a colher, mas o cearense aprende com o paraense a fazer farinha de mandioca” (Entrevistado paraense).

-“Sim, o paraense gosta de ficar próximo das matas mas quando casa com nordestina fica igual” (Entrevistado cearense).

-“O paraense gosta de uma pesca, uma caça e o cearense fica mais na roça mas muita gente não trabalha, mesmo sendo cearense” (Entrevistado paraense).

-“Sim, pelas dificuldades que o cearense passa, pela seca, acaba se esforçando mais do que o paraense” (Entrevistado paraense).

-“Sim, o nordestino não capina direito, capina mais ligeiro [do que o paraense] mas o serviço é mal feito” (Entrevistado paraense).

-“Sim, o paraense planta mais roça, pesca e caça, extrai o açaí...é mateiro. E o cearense gosta de produzir muito, em grandes áreas. O paraense é tipo índio, tem vergonha” (Entrevistado paraense).

-“Sim, o nordestino procura cultivar a mata e o paraense a capoeira fina (Entrevistado paraense).

-“ Sim, muitos dizem que nós viemo acabar com tudo mas os paraenses aprenderam muito com a gente...a disposição de ir para a mata, prá caça” (Entrevistado cearense).

-“Sim, o nordestino se esforça melhor, tem mais união na família. O paraense é mais preguiçoso” (Entrevistado paraense).

-“Tem muito, no serviço de capina o cearense é bom e o paraense é devagar” (Entrevistado cearense).

-“O paraense só gosta de caça, o nordestino gosta de trabalhar” (Entrevistado cearense).

Essas são algumas falas dos camponeses sobre as diferenças entre paraenses e nordestinos. 61% dos paraenses reconheceram as diferenças, o que lhes parece ser a superioridade produtiva do cearense e sua maior disposição ao trabalho contra 67% entre os nordestinos.

Para os paraenses e nordestinos, o nordestino é diferente porque “bota roça maior”, “quer ficar rico”, “gosta de produzir muito”, “passou dificuldades na seca”, “trabalha ligeiro”, “procura cultivar a mata”. O paraense é diferente porque “gosta de pesca e caça”, “é mateiro”, “cultiva capoeira fina”, “gosta de ficar próximo da mata”, “capina devagar”.

Nordestinos afirmaram: “...dizem que nós viemos acabar com tudo - mas os paraense aprenderam muito com a gente”. “...paraense quando casa com nordestina fica igual”. Paraense fala “...o paraense acaba aprendendo com o cearense a plantar e colher; mas o cearense aprende com o paraense a fazer farinha...”.

Ressaltam daí várias pistas esclarecedoras sobre a atitude dos grupos.

Primeiro, reconhece-se que o paraense sabe lidar com a mata e o rio melhor do que os cearenses. Isto lhes dá maior capacidade de tirar desses meios elementos reprodutivos (não importando o preconceito cearense - em geral - que vê nessas atividades lazer e não-trabalho).

É possível compreender, a partir daí, necessidades e tempos diferentes para o tipo de mudança que se processou em Capitão Poço.

É possível entender serem os paraenses aí, mais “lentos” do que os nordestinos. Para aqueles, mudar pode não ter sido uma necessidade tão premente quanto para estes - que por “gostarem de botar

roça grande”, “plantando no lugar da mata”, podem ter produzido, ao longo do tempo, uma crise cuja superação exigiu mudanças mais rápidas do que os paraenses.

Por último, paraenses e nordestinos indicam um fato importante: eles aprenderam entre si, o que torna, com o tempo, eles próprios, mas sobretudo seus filhos, equipados com elementos de ambas as culturas. Este fato, aliado a sua condição de segunda geração, cuja disponibilidade de recursos dificulta a repetição de padrões das gerações anteriores, gerou um impulso adicional à mudança para este último grupo.

Adicionalmente verifica-se que os investimentos têm crescido quase que continuamente em todos os grupos de camponeses. O que significa que, indiferentemente de onde manifestou-se mais ou menos fortemente o fenômeno, ele constituiu-se em fenômeno geral, de importância clara para praticamente todos.

Diferenciação e associativismo

As famílias mais dispostas ao associativismo tiveram correspondente disposição à mudança técnica? Para responder esta questão separamos as famílias classificadas pelo número de formas associativas a que declararam pertencer. Classificou-se, assim, quatro grupos: *isolados* (nessa situação encontravam-se 25 famílias), pertencentes a pelo menos uma forma associativa (*se sindicato, associação comunitária ou de classe ou cooperativas*) - 58 famílias -, pertencentes a duas formas associativas (15 famílias) e pertencentes a três formas associativas (apenas 3 casos)

Os que pertencem a três associações apresentam um salto na disposição à mudança no final dos anos oitenta, pondo-se bem acima dos que pertencem a duas formas de associação. Estes, por sua vez, colocam-se acima dos dois outros grupos. Até este ponto, a indicação é de que quanto maior o grau de sociabilidade, maior apresentou-se o esforço de mudança. Fica, contudo, uma dúvida posta pela posição dos *isolados* em relação aos que pertencem a uma única associação: aqueles, na média, apresentaram disposição maior a mudar do que estes - o que corresponderia a uma fuga do que parecia ser a tendência. A que se deve tal situação? Talvez os que pertencem a duas ou mais associações estejam inseridos nos mutirões em áreas coletivas e a maioria dos que pertencem a apenas uma associação estejam no Sindicato de Trabalhadores Rurais, que não teve papel preponderante na promoção de mudanças produtivas.

Diferenciação e escolaridade

No comportamento dos grupos por escolaridade destacam-se dois fatos. Primeiro, não parece ter influenciado significativamente na disposição - e capacidade de mudar - os níveis mais baixos de grau de escolaridade. Não verifica-se qualquer diferença entre o esforço médio para mudança do grupo de analfabetos (28 casos), para o de escolaridade até 3 anos (69 casos). Segundo, um nível de

escolaridade mais elevado (de 4 ou mais anos, apresentando-se um único caso de 10 anos de escolaridade, o nível máximo verificado) parece ter provocado uma inflexão importante nessa variável.

4.3 Fatores externos e generalização do processo de mudança

Nas análises acima vimos que, de vários modos, as famílias construíram pressupostos de mudanças em ritmos diferenciados. E as diferenças podem ser, pelo menos em parte, aclaradas por diversas das suas características endógenas que aqui chamamos *fatores internos de mudança*. Uma outra coisa, contudo, ficou bastante clara: não obstante as diferenças, de qualquer modo que se agrupem as famílias, todos os grupos desenvolveram esforços na formação de novos meios de produção - todos se esforçaram para mudar na direção da formação de culturas permanentes e uma pequena pecuária: todos tentaram uma alternativa à *shifting cultivation*.

Esta constatação nos traz uma nova pergunta: o que levou à generalização do fenômeno de mudança entre os camponeses de Capitão Poço? Se os fatores internos dizem bastante das diferenças, explicam, por sua vez, os fatores externos a generalização da atitude de mudar? Estas questões nortearão nossos próximos passos.

Na pesquisa de 1995, de 25 casos, fizemos as seguintes perguntas, aos chefes das famílias cujas respostas podem nos orientar no entendimento de todo o processo.

1. Qual a razão que consideravam principal para as mudanças que empreenderam?
2. Tiveram orientações e apoios para empreendê-las?
3. Outros do seu relacionamento mudaram, por que e sob que orientações?
4. Seu processo de mudança continuava (por ocasião da pesquisa)? Como?

Essas questões permitiram dois tipos de tabulação. Uma que utilizou novamente o banco de dados da pesquisa maior, permitindo observar o valor total dos investimentos evoluindo no tempo para cada alternativa de resposta e a importância relativa de cada alternativa ano a ano. Outra, que trabalhou com as frequências simples (absolutas e relativas) dos casos. Serão utilizados os resultados dos dois processos na análise que segue.

A principal razão para mudança

Considerando o total de investimentos feitos pelos 25 entrevistados, 49% fizeram-se orientados pela imitação de experiências positivas locais, 36% por preço e rentabilidade, 9% por durabilidade dos plantios. Somente mais ou menos 6% foram direcionados ou por bancos (4%) ou pela EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (2%). Perguntou-se, ainda, se teria havido direcionamento por parte de comerciantes ou indústrias: nenhum caso apresentou-se com esta característica.

Interessante é ainda constatar que a imitação foi basicamente o orientador fundamental (senão único) nos anos 80, ganhando importância a percepção estrita de preço e rentabilidade somente nos investimentos dos anos 90. Entretanto é importante assinalar que a *imitação de experiências positivas locais* pode está ligada a *preço e rentabilidade*, já que geralmente se copia produtos com preço e rentabilidade atraentes. Mas o importante é o movimento autônomo do campesinato em resposta à crise. As mudanças no sistema de produção estão ligadas a experiências positivas no seio do campesinato, e não a interferências de órgãos estatais de difusão tecnológica e de financiamento. Esse processo será abordado com maiores detalhes no próximo item.

Orientação e apoio externo aos empreendimentos de mudança

Para verificar as formas de orientação e apoio externos aos esforços de mudança das famílias camponesas fez-se as seguintes indagações:

Ocorreu orientação técnica para a mudança?

Ocorreu financiamento para a mudança?

Que forma de acesso a insumos tiveram no processo de mudança?

Quanto à orientação técnica, observa-se que 53% do valor dos investimentos foram feitos sem qualquer assistência técnica e 44% com orientação inicial da EMATER.

A atuação da EMATER, como orientadora da implantação foi significativa nos anos 80, porém pouco expressiva nos anos 90. E mais: a instituição não acompanhou todo o processo de formação dos cultivos. Indagados a respeito, todos os entrevistados deram respostas negativas. Entretanto, esses dados relativizam o papel desempenhado pela EMATER. Revelam que a EMATER desempenhou papel importante, não na decisão de mudança, mas na implantação do sistema de produção escolhido. O papel de difusão de técnicas da EMATER nos anos 90 perde em importância em função, por um lado, do progressivo domínio da técnicas pelos próprios camponeses e , por outro, da crise porque passa a EMATER.

Foram mínimos os investimentos que tiveram orientação de associações ou órgãos de classe (2%) e menor ainda foi a parcela deles (1%) que teve orientação por parte de compradores (comerciantes ou firmas beneficiadoras).

No que se refere ao financiamento para mudança, 85% dos investimentos não dispuseram de qualquer financiamento e cerca de 15% obtiveram financiamento do Banco da Amazônia/ BASA, (8%) e do Banco do Brasil, B.B., (7%). Financiamentos de comerciantes e empresas processadoras não foram detectados na amostra. Bem como também não atuaram como financiadoras as diversas formas associativas.

Quanto à disponibilidade de insumos, uma indagação quanto a origem das mudas utilizadas nos plantios nos forneceu elementos indicativos: exatos 56% dos investimentos ocorreram envolvendo

mudas compradas pelo próprio agricultor e 30% com mudas por ele feitas. 14% utilizou mudas doadas por diversas fontes: parentes, vizinhos e amigos, associações e entidades oficiais.

A compra de mudas é preponderante na fase inicial de mudança. Após 1988, parcela significativa das mudas passa a ser obtida entre os próprios camponeses que internalizam a técnica.

Formas de difusão das mudanças

Como mencionado, indagamos o seguinte: outros de seu relacionamento mudaram e, se o fizeram, sob que orientação?

Dispomos de dados relativos a esta questão separados para as principais culturas permanentes que nos últimos anos têm sido implantadas no município: laranja e maracujá. Em ambos os casos, em torno de 50% dos entrevistados afirmaram ter parentes que também implementaram mudanças na produção. Um pouco menos da metade dos que mudaram (aproximadamente 22% do total), o fizeram sob a orientação total (em torno de 15%) ou parcial (mais ou menos 7%) do entrevistado (12% no caso da laranja e 18% no caso do maracujá). Os amigos orientaram em torno de 8% do total levando a influência informal para 30% do total - em torno de 60% dos que mudaram. A EMATER, aqui novamente, teve papel secundário, tendo orientado a mudança de 1/5 dos camponeses em questão (10% do total, sendo maior a participação no caso do maracujá, 12%, do que da laranja, 8%). As formas associativas, igualmente, apresentam-se com participação irrisória neste item.

A orientação informal responde pelo grosso da difusão da mudança pois a EMATER e os compradores, como já foi observado, não desempenharam papel relevante como indutores da mudança.

A continuidade do processo de mudança

A partir da pergunta "seu processo de mudança continua?" procuramos ver se a dinâmica de mudança se constituía apenas num *momento de mudança* ou verdadeiramente num *processo duradouro ou mesmo contínuo de mudança*.

A pergunta foi feita e respondida em dois níveis: quanto às técnicas empregadas em cada atividade e quanto às variações de atividades.

Quanto as técnicas empregadas por atividade 76% dos investimentos já feitos não sofreram qualquer alteração tecnológica. 24% sofreram alterações, sendo mais frequentes aquelas ligadas ao espaçamento (12%) e introdução de consórcios (9%).

Tais informações são respaldadas pelas informações a seguir: nada menos que 79% dos investimentos totais fizeram-se sob tais condições que levaram seus empreendedores a se declararem satisfeitos com a técnica empregada. Apenas 14% se mostraram insatisfeitos com técnica inicial empregada.

Observando em detalhe este processo, por produto e por forma de orientação, tem-se reiteradas indicações importantes que acima já haviam sido explicitadas em relação a outras questões: a relativa desimportância - por ausência ou omissão - da orientação técnica oficial e insipiência de orientação técnica alternativa, como aquela que poderia ser prestada pelas associações de comunidade ou classe. Não obstante as pequenas diferenças, essa constatação é válida igualmente para os esforços de implantação de laranja e de maracujá. Interessante aqui é anotar uma referência nova, qual seja a de que 4% das iniciativas de alteração da técnica, no caso do maracujá resultaram de aprendizado feito por ocasião em que os protagonistas trabalhavam para terceiros.

É importante ressaltar também, que a base técnica dos cultivos foi fornecida pela EMATER, que repassou métodos corretos no início dos cultivos de espaçamento, poda e adubação.

No entanto, o dinamismo dos camponeses em Capitão Poço e a continuidade de seu processo de mudança expressa-se, sobretudo, pela observação das diversas atividades, sua formação, seu incremento e sua substituição. A Tabela 3, a seguir, ajuda-nos na visualização das ocorrências entre os *surveys* de 1993 e 1995.

Nesse período, apenas 8% dos entrevistados não alterou seu sistema produtivo. Dos nordestinos, 83% empreendeu mudanças, seja ampliando os plantios já iniciados (75%) seja diversificando as atividades (8%). Mais forte ainda foi a mudança entre paraenses, filhos de nordestinos: 100% deles empreenderam algum tipo de mudança. No total, em fins de 1995, 76% dos 25 entrevistados tinham ampliado seus cultivos de culturas permanentes. Um caso verificou-se de abandono da *shifiting cultivation*, realizado por uma família de cearenses, que implantou pela primeira vez a laranja, o maracujá e a acerola. Tivemos 3 casos de abandono da laranja sendo dois casos de paraenses que simplificaram o sistema retornando à agricultura de queimada e um paraense filho de nordestinos, que passou a cultivar horta e produzir mel de abelhas. Sem mudanças foram apenas, nos 25 casos, 2 famílias nordestinas.

Esses dados indicam que os processos de inovação verificados em 1993 não foram passageiros e sim propulsores de novas mudanças, predominantemente (mais não de forma exclusiva) na direção da ampliação das culturas perenes.

Tabela 3 – Mudanças entre 1993 e 1995 nas atividades dos camponeses de Capitão Poço, por origem dos chefes de família - frequência simples absoluta e relativa (n=25).

	Nordestinos		Paraenses		Filhos de Nordestinos		Total	
	Abso-luto	Relativo	Abso-luto	Relativo	Abso-luto	Relativo	Abso-luto	Relativo
Ampliação de Permanentes	9	75%	9	82%	1	50%	19	76%
Diversificação	1	8%	0	0%	0	0%	1	4%
Simplificação	0	0%	2	18%	0	0%	2	8%
Substituição de Permanentes por Horta	0	0%	0	0%	1	50%	1	4%
Sem Mudanças	2	17%	0	0%	0	0%	2	8%
Total	12	100%	11	100%	2	100%	25	100%

Fonte: Pesquisas 1993/95.

Associações, sociabilidade e mudança

Aqui torna-se necessária a pergunta: como se explica a baixa influência, verificada neste capítulo, das associações de classe dos diversos tipos nos processos de mudança, uma vez que, como já foi verificado, o grau de associativismo (ou sociabilidade) das famílias, quando analisado como sua característica endógena, correlacionava-se positivamente, quase sempre, com o grau do investimento? Repetindo: como explicar a baixa influência das formas associativas como *fatores externos* quando constatamos que quanto mais as famílias voltavam-se para as associações, mais esforço apresentavam para mudança, mais investimento por trabalhador-equivalente médio apresentavam.

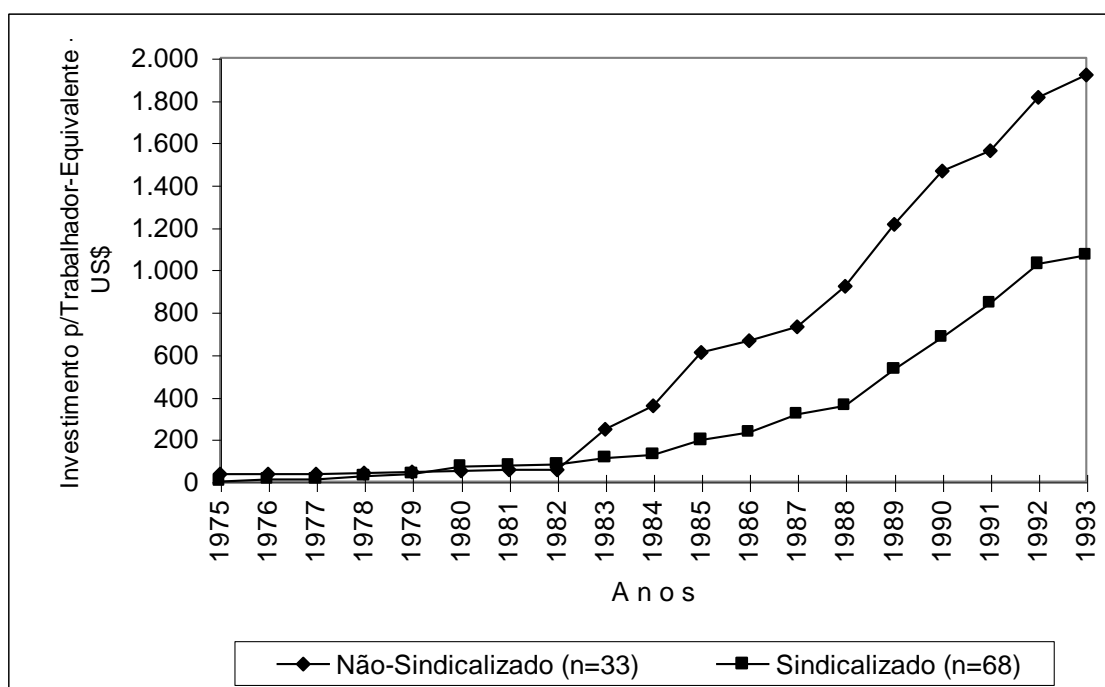
Para compreendermos o fenômeno é necessário que tratemos as formas de associação separadamente e depois no seu conjunto. Assim, para cada forma de associação organizamos primeiro dois grupos de famílias: o das que pertencem e o das que não pertencem àquela forma de associação e observamos, no tempo, o indicador de esforço de mudança que vimos utilizando: investimento médio por trabalhador equivalente. Em seguida juntamos, num único período todas as formas de associação, observando seu crescimento - pelo número de chefes de família que a elas se declararam pertencer. Assim podemos ver as diferenças entre as instituições e possivelmente, concluir quanto ao seu real papel nos processos que estamos analisando.

Três tipos de organização aparecem entre os entrevistados. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado na sede do município, fundado no início dos anos setenta, tinha 68 associados entre os 101 casos pesquisados em 1993. As Associações comunitárias e de classe espalhadas nas diversas vilas do município, emergiram a partir da primeira metade dos anos 80 e, em 1993, praticamente um

quarto dos pesquisados pertenciam a uma delas. E, nos anos 90, aparecem formas cooperativas que, todavia, abrigavam até então uma parcela pequena dos camponeses entrevistados. É importante frisar que nada menos que 25 casos, entre os 101, não pertenciam a qualquer forma de associação em 1993.

Os sindicalizados e não sindicalizados comportaram-se de forma semelhante até 1982. A partir daí, os não-sindicalizados empreenderam esforço crescente, acentuando a diferença no investimento médio por trabalhador-equivalente que, no final, em 1993, é em torno de 80% (Gráfico 9 a seguir).

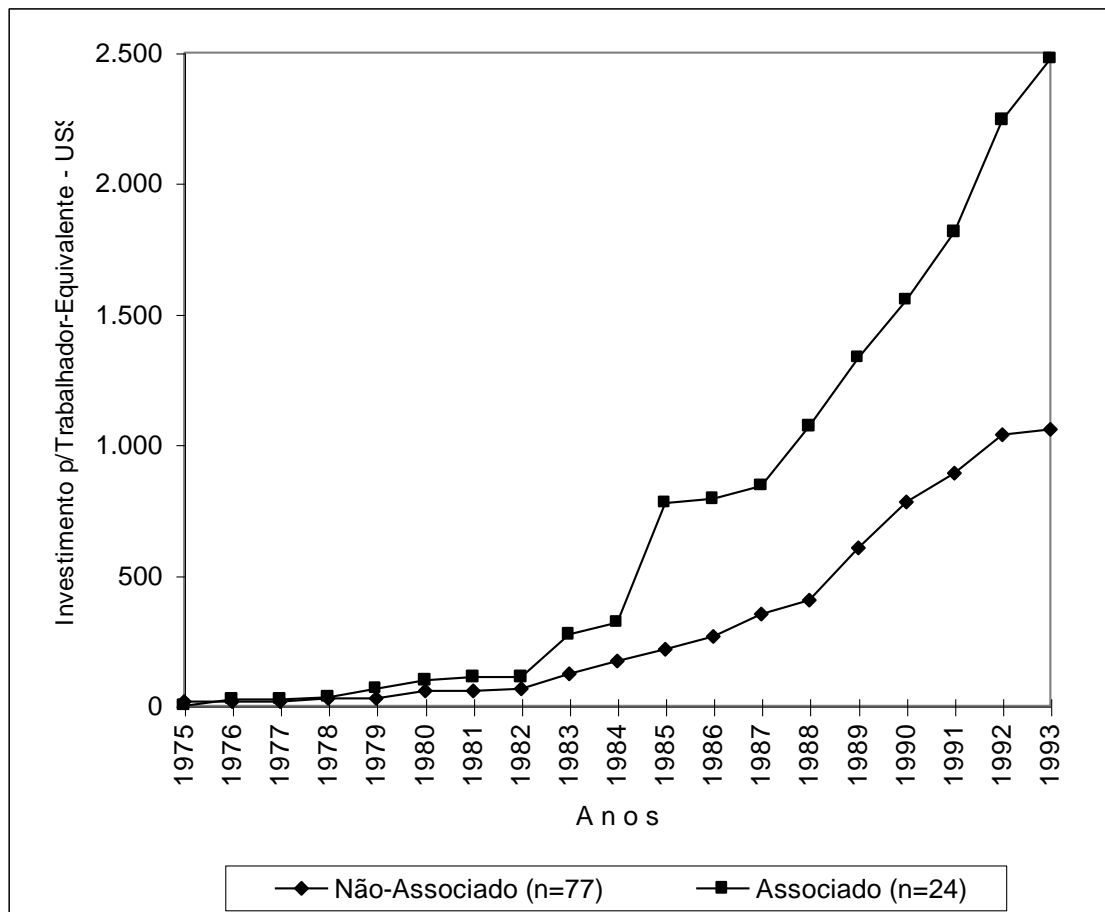
Gráfico 9 – Evolução do investimento médio por homem-equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por grupos de famílias sindicalizadas e não-sindicalizadas.



Fonte: Pesquisa/1993.

Já aqueles que pertenciam (ou vieram a pertencer) a associações comunitárias, profissionais ou de classe destacaram-se no esforço de mudança em relação aos não-associados, de tal sorte que o volume de investimento por trabalhador equivalente do primeiro grupo, em 1993, atingiu em torno de 2,5 vezes o investimento médio de trabalhadores equivalentes dos não-associados (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Evolução do investimento médio por homem-equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por grupos de famílias pertencentes a associações de comunidade ou de classe.

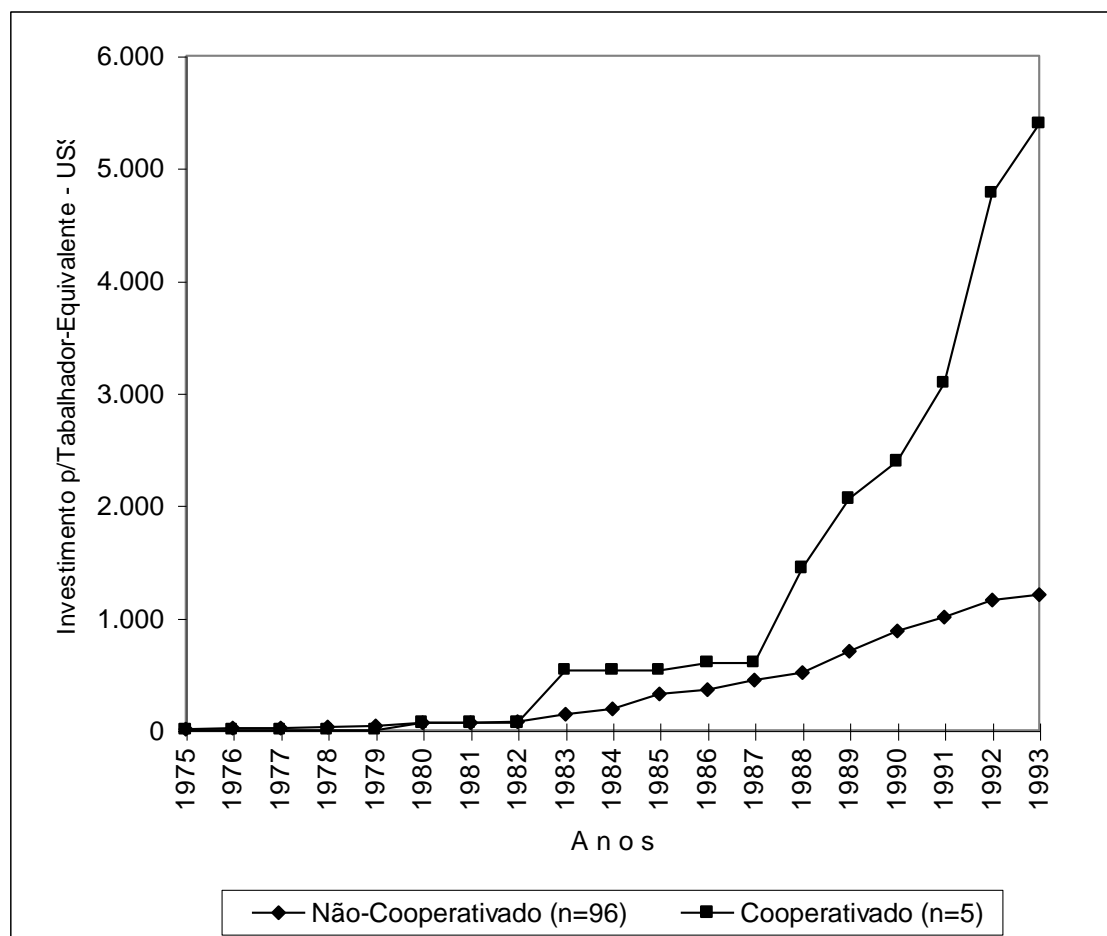


Fonte: Anexo I, Tabela I.9

Pesquisa/1993.

Quanto aos cooperativados ou não, a diferença é ainda maior, chegando o investimento dos que pertenciam a cooperativas mais de 5 vezes ao investimento dos não-cooperativados (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Evolução do investimento médio por homem-equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por grupos de famílias cooperativadas e não-cooperativadas



Fonte: Pesquisa/1993.

O que podemos concluir daí? Em primeiro lugar, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a mais antiga forma associativa do município, até o momento da pesquisa teve papel secundário (mesmo passivo) na viabilização de alternativas de mudança. Em segundo lugar, que as associações - as quais começaram a se formar no município no mesmo período em que eleva-se o ritmo de mudança e cresceram em importância ao longo dos anos oitenta e noventa - vêm se formando com as mudanças, como tentativa de resolver problemas delas decorrentes, como acesso a orientação técnica, troca de experiência, formação coletiva de insumos, etc. Seus associados são precisamente os que empreenderam esforços consideráveis para a mudança. Ou seja, as associações e cooperativas surgiram em função de demandas específicas do campesinato que o sindicalismo tradicional não atendia.

Quando perguntados em 1995 se realizavam trabalho coletivo fora do lote, 52% responderam afirmativamente, sendo 36% mutirão em área coletiva e 16% troca de trabalho. Dentre os casos de

mutirão em área coletiva, 29% realizaram para implantação de culturas permanentes. Economia de trabalho e terra, dois fatores escassos, são os principais incentivos à prática de mutirão que vem sendo cada vez mais disseminada.

A Tabela 4, a seguir, nos dá informações adicionais - a partir das informações dos entrevistados sobre o mutirão de que participam - a respeito dessa forma de trabalho coletivo em várias vilas camponesas no município, mostrando, pelo tempo que já se pratica, pela frequência mensal e pelo número de pessoas envolvidas, sua importância.

Tabela 4 – Trabalho coletivo em diversas comunidades camponesas de Capitão Poço.

Vila	Há quanto tempo se faz o mutirão (anos)	Número de participantes	Frequência (mês)	Apoio Inicial
Barro Vermelho	1	40	2 vezes	MANITESE*
Castanho	20	3	8 vezes	Sem apoio
Piri	15	25	8 vezes	Diocese de Bragança
Açaiteua	6	22	4 vezes	Banco do Brasil
Carrapatinho	1	25	4 vezes	MANITESE
São Pedro	8	8	20 vezes	Sem apoio
Pacuí do Meio	1	9	12 vezes	Sem apoio
São João	11	20	4 vezes	**
São João	2	20	4 vezes	**
Pacuí Mirim	Sempre	17	4 vezes	EMATER, Paróquia Local
Cacurí	20	10	4 vezes	EMATER
Capitão Pocinho	Sempre	3	4 vezes	-
Ajará	-	5	4 vezes	-

Fonte: Pesquisa/1995

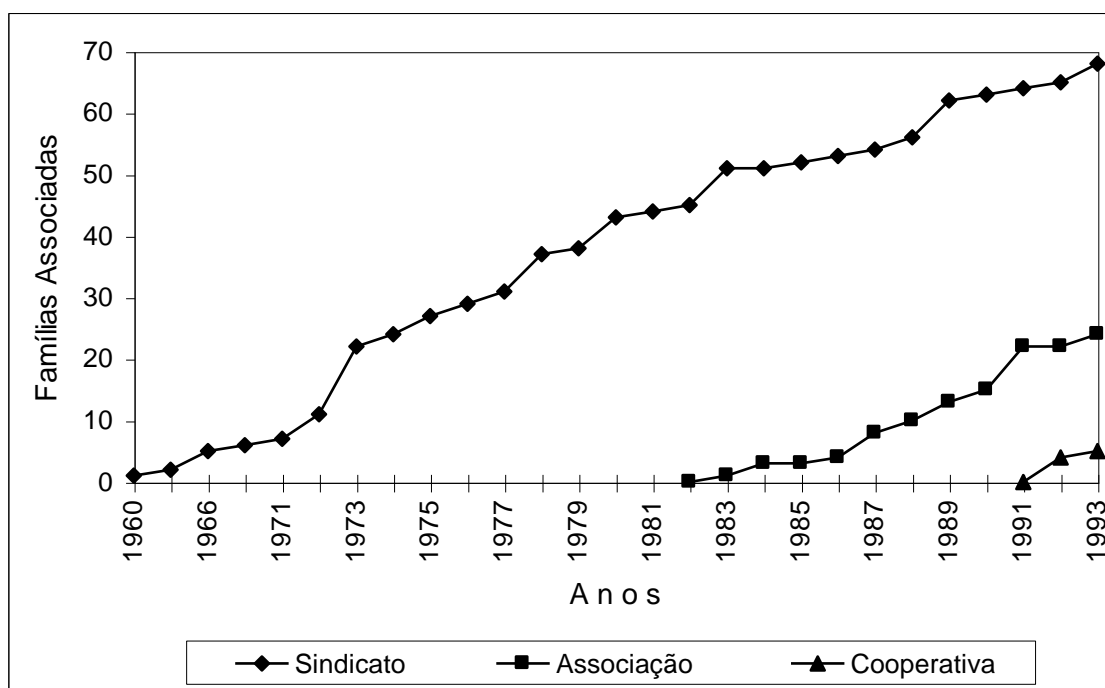
*MANITESE (Mãos Estendidas para o Mundo) - Organização não-governamental italiana, que apoiou novos processos na Associação Lamparina e atualmente está apoiando também em Carrapatinho.

** Banco Interamericano de Desenvolvimento/BIRD, em 1985, casa de farinha mecanizada; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia /SUDAM no Programa de Produção de Alimentos/PPA em 1987, 1.000 mudas de laranja; FNO-Especial 1993, Laranja e Maracujá.

Naturalmente, o investimentos feitos por essa forma de trabalho não espelham-se nos investimentos verificados nas unidade produtivas (privadas) de forma direta - não sendo captado, portanto, pelas estatísticas utilizadas. Os trabalhos aí executados e recursos formados, todavia, servem de campo de experimento, de fonte de insumos, de ambiente de aprendizagem, etc., fatores que, seguramente, influenciam nas estratégias de mudança dos diversos participantes. São mutirões que, enquanto prática tradicional, são redirecionados aos novos sistemas de produção.

Quanto aos cooperativados, em pequeno número, trata-se dos que têm levado mais longe processos de alteração dos sistemas produtivos, buscando formas coletivas de enfrentamento de mercado. A maneira tímida como estas formas associativas têm aparecido nos dados acima não espelha a importância do papel que elas podem desempenhar no futuro. Mesmo o Sindicato tende a alterar de forma definitiva seu papel, apresentando-se nos últimos anos cada vez mais como condutor de uma política agrícola alternativa - fundada, até o presente, nas mobilizações dos Gritos da Terra, promovidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura/FETAGRI, e nas negociações para aplicação do FNO - que possa favorecer a consolidação da agricultura familiar no município (Rogge, 1996).

Gráfico 12 – Evolução do investimento médio por homem - equivalente na formação de culturas permanentes e pasto, por grupos de famílias cooperativadas e não-cooperativadas.



Fonte: Pesquisa 1993.

– Fatores locacionais e mudança

Até o início dos anos 80 os grupos não se distinguiam. Os primeiros investimentos foram entre os que localizavam-se mais próximo da vila de Capitão Poço. Entretanto, a partir de 1983, os camponeses das áreas mais distantes, acima de 30 quilômetros, superaram em investimento os grupos mais próximos, de 10 a 30 quilômetros e, no ano de 1989, inclusive os com lote no máximo 10

quilômetros da vila. Este movimento é importante porque revela a propagação, no tempo, das mudanças no município. Nas áreas mais distantes, mesmo que mais lentamente, houve mudanças. É o caso das vilas Pacuí Mirim e Carrapatinho onde os entrevistados, paraenses, estão articulados com as associações mais importantes do município, que atuam na produção e difusão de conhecimento – Associação Lamparina e Escola Agrícola de Ourém, que abrigam camponeses de toda parte. Esses localizados mais distantes passaram a ter acesso, aos meios institucionais, tanto da sociedade civil como do Estado, via EMATER.

5. CONCLUSÕES

Resgatar a capacidade de permanência de uma parte do campesinato que vem resistindo ao teste do tempo foi, em síntese, o objetivo deste trabalho. Para tanto, privilegiou-se o fato de que, nessa resistência, o campesinato constitui-se *sujeito econômico*, com suas *estratégias* de efficientização, suas *trajetórias adaptativas* e esforço comunicativo no sentido de colocar em evidência sua importância na economia e sociedade. A sua constituição plena como sujeito político, supõe a sua efetividade como sujeito econômico imbricada à sempre lembrada (Martins, 1981b; Grzybowski, 1987) condição de força política.

Resgatamos vários processos sociais distintos, que expressaram a existência de camponeses com heranças culturais bem diferentes: por um lado, os paraenses e, por outro, os nordestinos, principalmente oriundos do Ceará. As diferenças refletiram-se nas mudanças, que se fizeram diferenciadas no tempo de implantação e na sua intensidade. Não obstante as diferenças, importa concluir que praticamente todos mudaram, vêm mudando ou inclinam-se a mudar.

Tal processo implica, nos seus desdobramentos e resultados, em primeiro lugar, em visível processo de reafirmação e consolidação, também na Amazônia, da produção familiar enquanto forma de produção geradora de riquezas.

Em segundo lugar, a maneira como os camponeses participaram desse processo mostra que está em andamento, no interior desse grupo, um movimento de organização voltado para processos produtivos, de difusão e implementação de novas tecnologias e formação de meios de produção. Nos últimos anos, em algumas vilas com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, ou mesmo independente dele, surgem, em número crescente, associações locais, em nível de comunidade ou em nível de maior abrangência, para o trabalho de mutirão em processos de geração de meios de produção. Na maioria dos casos, ocorrem em áreas coletivas, constituindo-se em estratégias de investimento para suprir a falta de financiamento e as restrições de trabalho e terra no plano das unidades produtivas. Cria-se e recria-se espaços coletivos de trabalho, de experimentação e produção

de meios de produção, onde todos dividem a responsabilidade, diminuindo o risco individual do experimento e da inovação. Risco que, todavia, continua sendo encarado em grandes proporções privadamente nas buscas e tentativas que faz o camponês no interior do seu lote, onde continua bastante isolado.

A presença do Estado, como agente financiador, formador ou repassador de conhecimento é ínfima, frente a grandeza dos processos. Não obstante, é necessário ressaltar a importância da participação, mesmo pontual, da EMATER, por exemplo, na introdução da laranja. O que nos leva a indicar que a ausência do Estado é um problema que deve ser no futuro resolvido.

Em algumas vilas observou-se a atuação de vários agentes externos que financiaram, incentivaram e orientaram novas experiências. Essas novas experiências, mesmo que não tenham atingido todas as vilas, vão se disseminando na observação e repasse de conhecimentos entre amigos e parentes, somando-se às experiências passadas na conformação de trajetórias de inovação e mudança que certamente embasarão o futuro da campesinato na região.

A busca individual de superar limites e restrições em suas disponibilidades, a disposição, daí advinda, em renovar ou superar padrões; a crescente comunicação entre as famílias no que respeita à necessidade de busca de soluções comuns para problemas comuns; a interveniência de mediadores dispostos a facilitar essa busca – e aí se inclui, tanto as organizações de sociedade civil como, também, os momentos construtivos da ação do Estado. Tudo isso, conjuntamente, criou um ambiente de mudança que, mesmo atuando diferentemente de grupo para grupo – de acordo com subjetividades e objetividades próprias de cada um - espalha-se, dissemina-se superando distâncias físicas e culturais que, por ventura, colocaram-se inicialmente como limitadoras das dinâmicas inovativas. Essa cumulação de fatores tem levado a um desenvolvimento econômico notável no município, visível em variáveis como *valor da produção agrícola e renda per capita* da população rural.

Existem, todavia, muitos limites para o campesinato em Capitão Poço investir mais e melhor. A ausência do Estado na condução de uma política agrícola adequada às necessidades da agricultura familiar é um deles, como já frisamos acima. Mas, também sua ausência nas áreas de saúde e educação, levam certamente a subordinações diversas – mercantis e/ou políticas – com efeitos sobre a capacidade de mudança técnica e econômica e na manutenção da cartelização dos insumos. Também daí resulta a pouca consciência dos seus direitos como cidadãos e também como força econômica: deriva o seu isolamento e, mesmo, a internalização de um certo sentimento de inferioridade contido em expressões do tipo “*somos os pobre, os pequeno, os fracos*” que tantas vezes ouvimos.

É forte, por outro lado, a consciência da importância de estar na própria terra, pois, apesar do trabalho que se reconhece árduo, compreende-se ter, nela, vida melhor do que nos centros urbanos, onde o risco do desemprego e miséria é palpável nos relatos que tanto ouvem sobre os que se foram.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo.1992 - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, Ed. Hucitec, ANPOCS, Ed. da UNICAMP.

BOSERUP, Ester.1965 - *The Conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure*, Chicago, Aldine.

CARNEIRO, Maria de Fátima.1988 - *Das Feiras e Associações de Pequenos Agricultores no Nordeste Paraense*, In: Anais do 13.. Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu.

CHAYANOV, Alexander V..1974 - *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, Buenos aires, Ediciones Nueva Vision.

- COSTA, Francisco de Assis.1993 - *O Desenvolvimento da Agricultura e Suas Fontes de Financiamento*, In: Cadernos do NAEA, Belém, n.11, p.127-145, nov.1993.
- 1994 - *Paradigmas do Pensamento Social e Realidade Amazônica*”, in: Novos Paradigmas e Realidade Brasileira, Belém, NAEA/UFPA, PP.37-57.
- 1995 - *Agricultura Familiar em Capitão Poço* (Relatório de Pesquisa), Belém, NAEA.
- 1995b - *O Investimento Camponês: Considerações Teóricas*, Revista de Economia Política, São Paulo, v. 15, n.1, jan/março.
- 1996 - *Campesinato Abre Caminho na Amazônia*, IN: Revista Ciência Hoje, n.120, maio.
- CRUZ, Ernesto.1958 - *Colonização do Pará*, Belém, INPA.
- FERRANTE, V.L.S.B. e SILVA, Maria Aparecida Moraes.1988 - *A Política de Assentamento: O Jogo das Forças Sociais no Campo*, São Paulo, Perspectivas, UNESP, VOL. 11, pp.33-51.
- MARTINS, José de Souza.1981 - *Os Camponeses e a Política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, Petrópolis, Vozes.
- MARX, Karl.1985 - *O Capital*, São Paulo, DIFEL, Livro III, Vol., VI, Cap. XXXVII.
- MOURA, Margarida Maria.1986 - *Camponeses*, São Paulo, Editora Ática.
- MOURÃO, Leila.1989 - *Memória da Indústria Paraense*, Belém, Federação das Indústrias do Estado do Pará/SESI/SENAI/IDEPAR/I.E.L..
- PENTEADO, Antônio Rocha.1967 - *Problemas de Colonização e Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*, Belém, UFPA.
- PREFEITURA Municipal de Capitão Poço, Secretaria de Planejamento, EMATER.1992- *Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Capitão Poço*.
- ROGGE, Jan.1996 - *A Ascensão do Sindicalismo Rural no Nordeste Paraense: Movimento Novo, Estruturas Velhas, Tese de Mestrado*, Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim
- SANTOS, Roberto.1978 - *A Economia do Estado do Pará*, Belém, IDESP, Coordenadoria de Documentação e Informação (Relatórios de Pesquisa).
- 1980 - *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- SAWYER, Donald R.1979 - *Colonização da Amazônia: migração de nordestinos para uma frente agrícola no Pará*, R. Econ. Nord., Fortaleza, V. 10, n. 03, pp.773-812, 1979.
- SHANIN, Teodor. 1979 - *Introducion*, In: "Peasants and Peasant Societies." Selected Readings. New York: Penguin Books, pp.11-19.
- 1982 - *Polarization and cyclical mobility: the Russian debate over the differentiation of the peasantry*. In: Harris, J. Rural Development: Theories of peasant economy and agrarian change, Hutchinson University Library, London, pp. 223-245.
- TONIOLO, Angélica & UHL Christopher.1996 - *Perspectivas Econômicas e Ecológicas da Agricultura na Amazônia Oriental*, In: DE ALMEIDA, Oriana Trindade (Org.), *A Evolução da Fronteira Amazônica - Oportunidades para um desenvolvimento sustentável*, Porto Alegre, Edições Caravela, IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Belém.
- VALVERDE, Orlando & DIAS, Catarina Vergolino.1967 - *A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*, Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme - *O Camponato e o Capitalismo Autoritário*.1976. In: "Capitalismo Autoritário e Camponato", São Paulo, DIFEL, pp.48-60.

VILAR, Roberto Robson, Lopes. 1997– *O Investimento na Agricultura Camponesa como fundamento de Eficientização Reprodutiva da Unidade Familiar: o caso das trajetórias de complexificação dos sistemas de produção em Capitão Poço*, Belém, UFPA, NAEA (Tese de Mestrado).

WEINSTEIN, Barbara.1993 - *A Borracha na Amazônia; Expansão e Decadência (1850-1920)*, São Paulo, HUCITEC, Editora da USP, Estudos Históricos (20), p. 259.